

## Índice

### Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

### DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	5
Demonstração do Resultado	7
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa	9

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013	11
DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	12

Demonstração do Valor Adicionado	13
----------------------------------	----

Relatório da Administração	15
----------------------------	----

Notas Explicativas	22
--------------------	----

### Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva	64
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	66
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	67
Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	68

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Unidades)</b>	<b>Último Exercício Social 31/12/2013</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	450.712
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>450.712</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro**

<b>Evento</b>	<b>Aprovação</b>	<b>Provento</b>	<b>Início Pagamento</b>	<b>Espécie de Ação</b>	<b>Classe de Ação</b>	<b>Provento por Ação (Reais / Ação)</b>
Reunião do Conselho de Administração	13/06/2013	Dividendo	21/06/2013	Ordinária		22,10618
Reunião do Conselho de Administração	08/08/2013	Dividendo	20/08/2013	Ordinária		7,00345
Reunião do Conselho de Administração	19/12/2013	Dividendo	23/12/2013	Ordinária		28,84325

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2013</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2012</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2011</b>
1	Ativo Total	526.662	538.726	454.883
1.01	Ativo Circulante	130.620	215.186	185.455
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	11.415	25.823	29.082
1.01.02	Aplicações Financeiras	19.763	72.423	49.439
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	19.763	72.423	49.439
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	0	0	48.760
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	0	0	679
1.01.03	Contas a Receber	66.205	80.760	77.079
1.01.03.01	Clientes	66.205	80.760	77.079
1.01.04	Estoques	816	1.132	1.540
1.01.06	Tributos a Recuperar	10.656	11.338	10.379
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	21.765	23.710	17.936
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	21.765	23.710	17.936
1.01.08.01.01	Títulos de créditos a receber	395	1.952	1.957
1.01.08.01.02	Baixa renda e outros créditos	21.370	21.758	15.979
1.02	Ativo Não Circulante	396.042	323.540	269.428
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	366.930	276.717	215.287
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	0	0	521
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	11.504	2.568	4.409
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	11.504	2.568	4.409
1.02.01.03	Contas a Receber	8.207	8.207	8.207
1.02.01.03.01	Clientes	8.207	8.207	8.207
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	347.219	265.942	202.150
1.02.01.09.03	Títulos e créditos a receber	2.230	832	2.893
1.02.01.09.04	Impostos a recuperar	8.200	8.686	12.171
1.02.01.09.05	Créditos tributários	17.329	20.640	43.706
1.02.01.09.06	Cauções e depósitos vinculados	1.634	1.307	1.127
1.02.01.09.07	Contas a receber da concessão	285.875	217.739	136.442
1.02.01.09.08	Instrumentos financeiros	31.295	16.738	3.243

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2013</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2012</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2011</b>
1.02.01.09.09	Outros	656	0	2.568
1.02.02	Investimentos	2.565	2.039	2.049
1.02.02.01	Participações Societárias	2.565	2.039	2.049
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	2.565	2.039	2.049
1.02.03	Imobilizado	6.843	4.265	0
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	6.843	4.265	0
1.02.04	Intangível	19.704	40.519	52.092
1.02.04.01	Intangíveis	19.704	40.519	52.092

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2013</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2012</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2011</b>
2	Passivo Total	526.662	538.726	454.883
2.01	Passivo Circulante	309.327	121.646	129.649
2.01.02	Fornecedores	38.840	38.881	32.262
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	206.908	23.076	36.712
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	146.857	22.978	36.393
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	41.522	22.978	36.393
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	105.335	0	0
2.01.04.02	Debêntures	60.051	98	319
2.01.05	Outras Obrigações	63.579	59.689	60.675
2.01.05.02	Outros	63.579	59.689	60.675
2.01.05.02.04	Encargos de dívidas	2.529	2.726	2.588
2.01.05.02.05	Parcelamento de impostos	1.497	1.407	1.315
2.01.05.02.06	Encargos do consumidor a recolher	347	3.684	3.659
2.01.05.02.07	Benefícios a empregados-plano de pensão	351	372	218
2.01.05.02.08	Obrigações estimadas	2.484	2.190	1.798
2.01.05.02.09	Tributos e contribuições sociais	25.295	29.978	29.508
2.01.05.02.10	Dividendos a pagar	13.000	0	0
2.01.05.02.11	Outras contas a pagar	18.076	19.332	21.589
2.02	Passivo Não Circulante	153.440	316.201	256.704
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	136.161	299.044	238.940
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	136.161	252.408	179.249
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	65.884	98.584	95.088
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	70.277	153.824	84.161
2.02.01.02	Debêntures	0	46.636	59.691
2.02.02	Outras Obrigações	17.279	17.157	17.764
2.02.02.02	Outros	17.279	17.157	17.764
2.02.02.02.03	Fornecedores	744	723	667
2.02.02.02.04	Tributos e contribuições sociais	7.359	5.464	3.552
2.02.02.02.05	Parcelamento de impostos	499	1.877	3.069

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2013</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2012</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2011</b>
2.02.02.02.06	Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	5.740	6.200	5.651
2.02.02.02.07	Benefícios a empregados-plano de pensão	1.626	1.656	867
2.02.02.02.08	Instrumentos financeiros derivativos	0	0	1.431
2.02.02.02.09	Outras contas a pagar	1.311	1.237	2.527
2.03	Patrimônio Líquido	63.895	100.879	68.530
2.03.01	Capital Social Realizado	44.171	44.171	44.171
2.03.02	Reservas de Capital	7.921	7.921	7.921
2.03.04	Reservas de Lucros	11.921	49.056	16.229
2.03.04.01	Reserva Legal	8.832	8.832	8.832
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.693	1.693	1.693
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	1.396	38.531	5.704
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-118	-269	209

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	462.292	435.561	0
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-333.790	-318.181	0
3.03	Resultado Bruto	128.502	117.380	0
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-62.532	-63.002	0
3.04.01	Despesas com Vendas	-11.166	-13.343	0
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-53.752	-48.584	0
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	7.269	5.985	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-4.883	-7.060	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	65.970	54.378	0
3.06	Resultado Financeiro	-23.526	46.404	0
3.06.01	Receitas Financeiras	24.303	71.972	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-47.829	-25.568	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	42.444	100.782	0
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-14.928	-34.167	0
3.08.01	Corrente	-11.539	-19.167	0
3.08.02	Diferido	-3.389	-15.000	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	27.516	66.615	0
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	27.516	66.615	0
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	61,05000	147,80000	0,00000
3.99.01.02	PNA	0,00000	147,80000	0,00000
3.99.01.03	PNB	0,00000	147,80000	0,00000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	61,05000	147,80000	0,00000
3.99.02.02	PNA	0,00000	147,80000	0,00000
3.99.02.03	PNB	0,00000	147,80000	0,00000



**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	27.516	66.615	0
4.02	Outros Resultados Abrangentes	151	-478	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	27.667	66.137	0

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	50.997	62.968	0
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	71.958	73.365	0
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	42.444	100.782	0
6.01.01.02	Despesas com juros, variações monetárias e cambiais - líquidas	25.175	-33.763	0
6.01.01.03	Depreciação e amortização	17.263	15.466	0
6.01.01.04	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-114	757	0
6.01.01.05	Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	-793	225	0
6.01.01.06	Marcação a Mercado de Derivativos	7.192	-6.555	0
6.01.01.07	Instrumentos Financeiros Derivativos	-16.823	-4.622	0
6.01.01.08	(Ganho) perda na alienação de bens do imobilizado e do intangível	-2.386	1.075	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-20.961	-10.397	0
6.01.02.01	Diminuição (aumento) de consumidores e concessionárias	14.559	-4.955	0
6.01.02.02	Diminuição de títulos de créditos a receber	109	2.682	0
6.01.02.03	Diminuição de estoques	316	408	0
6.01.02.04	Diminuição de impostos a recuperar	1.168	2.526	0
6.01.02.05	(aumento) de cauções e depósitos vinculados	-327	-180	0
6.01.02.06	Diminuição (aumento) de despesas pagas antecipadamente	44	-105	0
6.01.02.07	(Aumento) de outros créditos	-17.824	-3.522	0
6.01.02.08	(Diminuição) aumento de fornecedores	-476	4.134	0
6.01.02.09	(Diminuição) de tributos e contribuições sociais	-9.476	-119	0
6.01.02.10	Imposto de renda e contribuição social pagos	-4.929	-8.353	0
6.01.02.11	Aumento de obrigações estimadas	294	392	0
6.01.02.12	(Diminuição) aumento de encargos do consumidor a recolher	-3.337	25	0
6.01.02.13	(Diminuição) de outras contas a pagar	-1.082	-3.330	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	18.096	-38.455	0
6.02.01	Aumento de capital e compra de ações de subsidiárias e outros investimentos	-526	10	0
6.02.02	Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	-102.335	-107.464	0
6.02.03	Resgate de aplicações financeiras	150.421	90.169	0
6.02.04	Aplicações no intangível e imobilizado	-36.733	-27.155	0

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011</b>
6.02.05	Alienação de bens do imobilizado e intagível	7.269	5.985	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-83.501	-27.772	0
6.03.01	Novos empréstimos e financiamentos	30.691	81.576	0
6.03.02	Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures - principal	-37.066	-49.866	0
6.03.03	Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures - juros	-19.260	-20.846	0
6.03.04	Liquidação de instrumentos financeiros derivativos	-4.926	-3.749	0
6.03.05	Pagamentos de dividendos	-51.651	-33.787	0
6.03.06	Pagamento de parcelamento de impostos	-1.289	-1.100	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-14.408	-3.259	0
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	25.823	29.082	0
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	11.415	25.823	0

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	44.171	7.921	49.056	0	-269	100.879
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	44.171	7.921	49.056	0	-269	100.879
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-37.135	-27.516	0	-64.651
5.04.08	Pagamento dividendos exercício 2012	0	0	-38.531	0	0	-38.531
5.04.09	Pagamento dividendos exercício 2013	0	0	0	-26.120	0	-26.120
5.04.10	Dividendos adicionais propostos	0	0	1.396	-1.396	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	27.516	151	27.667
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	27.516	0	27.516
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	151	151
5.05.02.06	Perdas atuariais líquidas de tributos	0	0	0	0	151	151
5.07	Saldos Finais	44.171	7.921	11.921	0	-118	63.895

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	44.171	7.921	16.229	0	209	68.530
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	44.171	7.921	16.229	0	209	68.530
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	32.827	-66.615	0	-33.788
5.04.08	Pagamento Dividendos Exercício 2011	0	0	-5.704	0	0	-5.704
5.04.09	Pagamento Dividendos Exercício 2012	0	0	0	-28.084	0	-28.084
5.04.10	Dividendos adicionais propostos	0	0	38.531	-38.531	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	66.615	-478	66.137
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	66.615	0	66.615
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-478	-478
5.05.02.06	Perdas atuariais líquidas de tributos	0	0	0	0	-478	-478
5.07	Saldos Finais	44.171	7.921	49.056	0	-269	100.879

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011</b>
7.01	Receitas	640.516	659.838	0
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	573.217	617.835	0
7.01.02	Outras Receitas	7.269	5.985	0
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	59.916	36.775	0
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	114	-757	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-373.898	-365.389	0
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-245.980	-258.370	0
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-58.941	-57.088	0
7.02.04	Outros	-68.977	-49.931	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	266.618	294.449	0
7.04	Retenções	-17.263	-15.466	0
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-17.263	-15.466	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	249.355	278.983	0
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	24.303	71.972	0
7.06.02	Receitas Financeiras	24.303	71.972	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	273.658	350.955	0
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	273.658	350.955	0
7.08.01	Pessoal	28.747	25.427	0
7.08.01.01	Remuneração Direta	20.201	18.623	0
7.08.01.02	Benefícios	6.642	5.635	0
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.904	1.169	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	157.768	190.358	0
7.08.02.01	Federais	50.562	70.253	0
7.08.02.02	Estaduais	107.054	119.868	0
7.08.02.03	Municipais	152	237	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	49.915	26.471	0
7.08.03.01	Juros	48.915	25.568	0
7.08.03.02	Aluguéis	1.000	903	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	27.516	66.615	0

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011</b>
7.08.04.02	Dividendos	27.516	66.615	0
7.08.05	Outros	9.712	42.084	0
7.08.05.04	Obrigações intra-setoriais	9.712	42.084	0

## Relatório da Administração

Cataguases, 18 de março de 2014 - A Administração da Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A (“Energisa Minas Gerais” ou “Companhia”) apresenta os fatos e eventos marcantes do exercício de 2013, acompanhados das Demonstrações Financeiras correspondentes, preparadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards - IFRS). Essas demonstrações foram revisadas e aprovadas pelo Conselho de Administração e pela Diretoria em 14 de março de 2014.

### 1 - Considerações gerais

A Energisa Minas Gerais é uma distribuidora de energia elétrica que atende a mais de 415 mil consumidores e uma população de aproximadamente 1,0 milhão de habitantes em 65 municípios do estado de Minas Gerais e um no estado do Rio de Janeiro.

A Energisa Minas Gerais manteve, em 2013 o foco na excelência na prestação de serviços e no relacionamento com os consumidores. Essa característica evidencia a posição privilegiada dos indicadores de satisfação em pesquisas com os consumidores. Em 2013, a Energisa Minas Gerais obteve a segunda colocação no ranking das distribuidoras de energia elétrica das regiões brasileiras, Sul e Sudeste, avaliadas na pesquisa de satisfação dos consumidores que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) realiza anualmente.

### 2 - Investimentos

Com foco em projetos que visam o aprimoramento da qualidade dos serviços prestados, a Energisa Minas Gerais alcançou a excelente marca de 99,9% de disponibilidade de energia aos clientes ao longo do ano. Os investimentos em 2013 totalizaram R\$ 54,4 milhões. Entre as realizações, destacam-se: i) Modernizações e melhorias em várias subestações de distribuição, incluindo as de Santana de Manhuaçu, Muriaé 1, Ituerê 1, Nova Usina Maurício, Leopoldina, Além Paraíba, Ubá 1 e 2 e Cataguases 2, com obras que incluem substituição de reguladores de tensão, disjuntores e transformadores de potencial e de corrente; ii) Ampliação da capacidade das subestações que atendem Visconde do Rio Branco, Sumidouro, Tebas, Sereno e Itamarati de Minas; iii) Aquisição de terreno para construção da 3ª subestação de Ubá, que será construída em 2015; iv) Construção de novos alimentadores de distribuição nos municípios de Ubá, Tocantins, Guiricema e Santa Margarida; v) Ampliação de 16% da automação das redes de distribuição, com grande impacto no tempo de manobras para restabelecimento de energia elétrica; vi) Modernização dos sistemas de proteção contra descargas atmosféricas em linhas de transmissão, com destaque para as seguintes linhas de transmissão que interligam as subestações: Usina Benjamin Batista - Manhuaçu, Ubá 1-Visconde do Rio Branco 2 e Ubá1-Ubá2; Ubá2 - Visconde do Rio Branco 2, Guary-Ituerê 2 e Tocantins-Ituerê 2; vii) Instalação de nova repetidora para rádio VHF em Pequiá, a fim de ampliar o sistema de comunicação na região de Manhuaçu, Manhumirim e São Miguel do Anta; viii) Reforma de 202 circuitos de baixa tensão. E também merece destaque, a conclusão do projeto de conexão - em tensão de 345 kV - do sistema de transmissão da Companhia à Rede Básica (pertencente ao Sistema Interligado Nacional (SIN)). A interligação ao SIN neste nível de tensão, além da melhoria nos níveis de tensão em todo o sistema elétrico, contribui decisivamente para a melhoria dos indicadores de qualidade e continuidade, garantindo um retorno mais rápido em caso de ocorrências sistêmicas e redução das perdas técnicas na transmissão.

O quadro a seguir apresenta a evolução dos principais ativos operacionais da Companhia no ano:

Descrição do ativo	Dez / 2013	Dez / 2012	Acréscimo 2013/2012
Subestações - nº (*)	44	44	-
Capacidade instalada nas subestações - MVA	907	878	+ 29
Linhas de transmissão - km	1.069	1.069	-
Redes de distribuição (próprias) - km	26.071	25.738	+ 333
Transformadores instalados nas redes de distribuição - nº	57.820	56.424	+ 1.396
Capacidade instalada nas redes de distribuição (próprias) - MVA	1.043	1.013	+ 30



## Relatório da Administração

### 3 - Desempenho econômico-financeiros

**3.1 - Destaques:** resume-se a seguir o desempenho econômico-financeiro da Companhia:

Descrição	2013	2012 (Ajustado)	Varição %
<b>Resultados - R\$ milhões</b>			
Receita Operacional Bruta	632,0	654,6	- 3,5
Receita Operacional Líquida	462,3	435,6	+ 6,1
Receita Operacional Líquida, sem Receita de Construção	403,5	398,8	+ 1,2
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras (EBIT)	66,0	54,4	+ 21,3
EBITDA	83,2	69,8	+ 19,2
EBITDA Ajustado (EBITDA mais Acréscimos Moratórios de Contas de Energia)	88,7	75,7	+ 17,2
Resultado Financeiro	(23,5)	46,4	-
Lucro Líquido	27,5	66,6	- 58,7
<b>Indicadores Financeiros - R\$ milhões</b>			
Ativo Total	526,7	538,7	- 2,2
Caixa / Equivalentes de Caixa / Aplicações Financeiras	42,7	100,8	- 57,6
Patrimônio Líquido	63,9	100,9	- 36,7
Endividamento Líquido	306,9	229,3	+ 33,8
<b>Indicadores Operacionais</b>			
Número de Consumidores Cativos (mil)	415,3	403,7	+ 2,9
Vendas de Energia a Consumidores Cativos (GWh)	1.146,3	1.098,9	+ 4,3
Energia Elétrica Total Distribuída (GWh)	1.508,9	1.463,6	+ 3,1
<b>Indicadores Relativos</b>			
EBITDA Ajustado / Receita Líquida (%)	19,2	17,4	+ 1,8 p.p
Endividamento Líquido / EBITDA Ajustado (vezes)	3,5	3,0	+ 16,7

### 3.2 - Ambiente regulatório - reajuste tarifário

Em 30 de janeiro de 2013, através do Decreto nº 7.891, as tarifas de energia elétrica no país sofreram um decréscimo médio de 20% em face da redução de encargos setoriais e condições impostas na renovação das concessões de determinadas geradoras. Posteriormente, a Energisa Minas Gerais obteve um aumento médio nas tarifas percebido pelos consumidores de 2,56%, a partir de 18 de junho, sendo que para os consumidores de baixa tensão houve um aumento de 3,05% e para os de média e alta tensão de 0,99%.

Em função do Decreto nº 7.945/2013, a Aneel publica, mensalmente, os valores dos recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) a serem repassados pela Eletrobras à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica para cobertura dos custos com aquisição de Energia Comprada e Encargos de Serviços do Sistema - ESS por motivo de segurança energética e com o risco hidrológico e exposição involuntária no mercado de curto prazo. Em 2013, foi repassado o montante de R\$ 28,5 milhões para a Energisa Minas Gerais. O valor foi registrado pela Companhia como redução dos custos de energia comprada e de encargos de serviços do sistema.

A Aneel também homologou em cumprimento ao disposto no Decreto nº 7.891/2013, os recursos da CDE a serem repassados pelas Centrais Elétricas Brasileiras S/A - Eletrobras referente aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica no montante de R\$ 36,4 milhões para a Companhia. O valor foi registrado pela Companhia como receita de venda de energia.

### 3.3 - Lucro líquido, geração de caixa e dividendos

Em 2013, a Energisa Minas Gerais registrou lucro líquido de R\$ 27,5 milhões, ante os R\$ 66,6 milhões registrados em 2012. Essa redução decorre do resultado financeiro (receitas financeiras menos despesas financeira) que passou de receitas financeiras líquidas de R\$ 46,4 milhões, em 2012, para uma despesa financeira líquida de R\$ 23,5 milhões, em 2013. Já a geração operacional de caixa (EBITDA ajustado) atingiu R\$ 88,7 milhões em 2013, contra os R\$ 75,7 milhões apurados em 2012, aumento de 17,2%.

**Relatório da Administração**

Apresenta-se a seguir a evolução da geração de caixa da Companhia:

Composição da Geração de Caixa Valores em R\$ milhões	2013	2012 (Ajustado)	Var. %
<b>(=) Lucro Líquido</b>	27,5	66,6	- 58,7
(-) Contribuição social e imposto de renda	(14,9)	(34,1)	- 56,3
(-) Resultado financeiro	(23,5)	46,4	-
(-) Depreciação e amortização	(17,3)	(15,5)	+ 11,6
<b>(=) Geração de caixa (EBITDA)</b>	83,2	69,8	+ 19,2
(+) Receita de acréscimos moratórios	5,5	5,9	- 6,8
<b>(=) Geração ajustada de caixa (EBITDA Ajustado)</b>	88,7	75,7	+ 17,2
Margem do EBITDA Ajustado	19,2	17,4	+ 1,8 p.p

Com base nos resultados alcançados ao longo de 2013, a Companhia já distribuiu dividendos intercalares à conta do exercício no valor de R\$ 26,1 milhões, pagos em:

- i) 21 de junho de 2013, correspondentes a R\$ 10,0 milhões (R\$ 22,1061826 por ação);
- ii) 20 de agosto de 2013, no valor de R\$ 3,1 milhões (R\$ 7,00345928 por ação);
- iii) 23 de dezembro de 2013, no valor de R\$ 13,0 milhões (R\$ 28,84325245 por ação).

Além desses dividendos, serão pagos dividendos complementares no total de R\$ 1,4 milhão (R\$ 3,09746973 por ação), em data a ser definida. Os dividendos totais do exercício, no valor de R\$ 27,5 milhões, representam 100,0% do lucro líquido apurado pela Companhia.

**3.4 - Despesas operacionais**

Em 2013, as despesas operacionais totalizaram R\$ 396,3 milhões, aumento de 4,0% (R\$ 15,1 milhões) em relação a 2012. As despesas controláveis (pessoal, material e serviços de terceiros) cresceram 2,3% (R\$ 6,2 milhões), para R\$ 90,5 milhões. Já as despesas não controláveis de compra de energia elétrica e transporte apresentaram redução de 4,1% (R\$ 9,7 milhões), decorrente dos repasses de recursos recebidos da Conta de Desenvolvimento Energético.

A composição das despesas operacionais pode ser assim demonstrada:

Composição das despesas operacionais (R\$ milhões)	2013	2012 (Ajustado)	Varição em R\$ milhões
1 - Despesas controláveis	90,5	84,3	+ 6,2
1.1 Pessoal (inclui fundo de pensão)	33,7	29,3	+ 4,4
1.2 Material	4,4	5,2	- 0,8
1.3 Serviços de terceiros	52,4	49,8	+ 2,6
2 - Despesas não controláveis (compra de energia e transporte)	225,9	235,6	- 9,7
3 - Depreciação e amortização	17,3	15,5	+ 1,8
4 - Provisões contingências e devedores duvidosos	(0,9)	1,0	- 1,9
5 - Outras despesas/receitas	4,7	8,0	- 3,3
<b>Subtotal</b>	<b>337,5</b>	<b>344,4</b>	<b>- 6,9</b>
6 - Custo de construção	58,8	36,8	+ 22,0
<b>Total</b>	<b>396,3</b>	<b>381,2</b>	<b>+ 15,1</b>

## Relatório da Administração

### 4 - Desempenho operacional

A manutenção do foco na qualidade da energia fornecida e a excelência no atendimento são prioridades constantes da Energisa Minas Gerais. A Companhia tem apresentado melhorias consistentes nos seus índices operacionais.

**4.1 - Gestão das perdas de energia:** o ano foi marcado mais uma vez por excelentes resultados no combate às perdas de energia elétrica, que foram reduzidas para 8,27%, uma melhoria de 0,43 ponto percentual em relação a 2012.

**4.2 - Gestão da inadimplência:** o índice de inadimplência apresentou uma melhoria de 18,7% em relação a 2012, tendo se situado em 1,13%, contra 1,39% em 2012.

**4.3 - DEC e FEC:** a redução dos indicadores DEC e FEC em 2013 é outro fato a destacar, fruto dos investimentos realizados com base no planejamento correto das necessidades do sistema, bem como de ações específicas realizadas.

Indicadores operacionais	2013	2012	Variação %
Perdas de energia do sistema próprio (%)	8,27	8,70	- 0,43 p.p
Inadimplência dos consumidores nos últimos 12 meses (%)	1,13	1,39	- 18,7
Pendente (faturamentos mensais a receber) - nº	0,58	0,54	+ 7,4
ISQP (Índice de Satisfação da Qualidade Percebida) - Abradee	83,30	83,80	- 0,6
IASC (Índice Aneel de Satisfação do Consumidor)	68,00	71,99	- 5,5
DEC (Duração Equivalente de Interrupções por Consumidor) - horas	9,80	10,16	- 3,5
FEC (Frequência Equivalente de Interrupções por Consumidor) - vezes	7,47	8,87	- 15,8

**4.4 - Mercado de energia:** em 2013, as vendas de energia elétrica a consumidores finais (mercado cativo), localizados na área de concessão da Energisa Minas Gerais, somadas à energia associada aos consumidores livres (TUSD), totalizaram 1.505,2 GWh, incremento de 5,4% em relação a 2012. O consumo foi impulsionado pela classe residencial, que cresceu 7,3% no ano. Já o consumo industrial, considerando os mercados cativo e livre, expandiu 3,9% em 2013. A energia total distribuída em 2013 foi de 1.508,9 GWh, ante os 1.463,6 GWh registrados no ano anterior, conforme composição seguinte:

#### Energia Total Distribuída por Classe de Consumo (Em GWh)

Descrição	2013	2012	Var. %
1) Vendas de energia no mercado cativo	1.146,3	1.098,9	+ 4,3
✓ Residencial	446,8	416,3	+ 7,3
✓ Industrial	177,5	187,4	- 5,3
✓ Comercial	218,5	210,4	+ 3,8
✓ Rural	156,6	141,5	+ 10,7
✓ Outras Classes	146,9	143,3	+ 2,5
2) Energia associada aos consumidores livres (TUSD)	358,9	328,7	+ 9,2
3) Mercado cativo + TUSD (1+2)	1.505,2	1.427,6	+ 5,4
4) Suprimento de energia e não faturado	3,7	36,0	- 89,7
5) Energia Total Distribuída (3+4)	1.508,9	1.463,6	+ 3,1

A Energisa Minas Gerais encerrou o ano com 415.297 unidades consumidoras cativas, quantidade 2,9% superior à registrada no fim de 2012, e com 32 consumidores livres.

### 5 - Gestão de pessoas

A Energisa Minas Gerais investe fortemente na área de Gestão de Pessoas, com foco na valorização do seu capital humano, aprimorando sua atuação e ampliando as premissas de uma gestão mais ágil e flexível, visando à melhoria na qualidade do fornecimento de energia elétrica, bem como o suporte ao

## Relatório da Administração

seu crescimento de mercado. A Companhia encerrou 2013 com 578 colaboradores próprios e 171 terceirizados.

Para atender às suas necessidades operacionais, especialmente a melhoria da qualidade dos produtos e serviços que oferece, a Energisa Minas Gerais registrou, em 2013, um total de 68.978 homens-hora treinados, correspondentes a 119 horas de treinamento por colaborador, com investimentos de mais de R\$ 629 mil. O sistema de Educação a Distância (EAD) representou 67% do programa de treinamento da empresa.

Em um contexto de grandes mudanças organizacionais, no qual se torna imprescindível o fortalecimento das lideranças, a Energisa Minas Gerais tem dado ênfase ao desenvolvimento de seus gestores, por meio do Portal Líder. No terceiro ciclo do programa, em 2013, os gestores foram contemplados com nove cursos práticos da Harvard Business Publishing, selecionados cuidadosamente para que o aprendizado agregasse conhecimento e aplicabilidade ao trabalho dos líderes. Dentre os principais benefícios obtidos com o Programa, destacam-se: a promoção da integração, a troca de experiências e disseminação de boas práticas de gestão e liderança, a ênfase à gestão de pessoas e à mensuração de resultados, o aprimoramento das competências gerenciais e, principalmente, a consolidação e fortalecimento da cultura organizacional.

As práticas bem sucedidas dos anos anteriores foram mantidas e reforçadas, destacadamente: o **Projeto Bússola**, que levou as metas e diretrizes da empresa a 100% dos colaboradores; **Programa de Boas Vindas**, que contempla uma reunião dos Diretores com os colaboradores recém-admitidos; e o **Programa e-nova**, um incentivo às ideias e inovações dos colaboradores, todos eles visando maior integração, eficiência operacional, segurança no trabalho e comprometimento com a estratégia da empresa e seus resultados.

Merecem também destaque os programas de *Trainee*, Estágio e Jovem Aprendiz como formas de captação de talentos, proporcionando à comunidade oportunidades de inserção no mercado de trabalho.

Ainda em relação à capacitação de seus colaboradores, outra importante conquista em 2013 foi a implantação do projeto de formação de mão de obra, em parceria com a Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), para a formação de eletricitistas. O principal ganho com a implantação da parceria é a formação de mão de obra para suprir as demandas atuais e futuras da Companhia.

Outra realização em 2013 foi a implantação do Centro de Formação e Certificação de Operadores no Sistema Elétrico em Cataguases (MG). Com o objetivo de atender às necessidades de capacitação, padronizar e centralizar a formação dos Operadores do Sistema Elétrico da Distribuição, Transmissão e Geração do Grupo, o Centro funciona como um simulador de situações às quais os sistemas de distribuição e transmissão estão sujeitos no dia a dia.

## 6 - Responsabilidade socioambiental

O principal negócio do Grupo Energisa é o provimento de energia elétrica a uma parcela significativa de consumidores. Uma parte importante de sua Missão preconiza uma atuação social e ambientalmente responsável, o Grupo reconhece a importância desse papel e intensifica seu compromisso com a sociedade, buscando estar cada vez mais presente, seja por meio de ações de incentivo cultural, ambiental, social e esportivo. A responsabilidade social do Grupo se reflete em todas as suas subsidiárias, que atuam ativamente no avanço e desenvolvimento de diversos programas no âmbito socioambiental, prioritariamente em suas áreas de concessão.

### Principais ações socioculturais:

- **Projeto Usina Cultural:** mais de 18 mil pessoas prestigiaram espetáculos regulares de música e teatro;
- **Festival Cultural de Viola de Piacatuba e Festival de Samba e Petisco:** o primeiro movimentou quase 35 mil pessoas para um evento que já se tornou referência no calendário cultural mineiro. O segundo reuniu mais de 32 mil pessoas nas cidades mineiras de Além Paraíba e Miraí, promovendo o samba e a culinária de boteco do estado. Os festivais são responsáveis por incrementar a vida econômica dos locais onde são realizados, através da mobilização de empresários dos ramos hoteleiro e gastronômico, artistas, produtores culturais, dentre outros.

## Relatório da Administração

- 4ª edição do Circuito Grande Hotel Muriahe: promoção de espetáculos de teatro, música e dança, além de exposições, exibição de filmes e oficinas;
- Apoio a outros projetos desenvolvidos pela Fundação Ormeo Junqueira Botelho, com destaque para a Casa de Leitura Lya Maria Müller Botelho em Leopoldina (MG), o Museu da Energisa em Cataguases (MG) e as atividades de inserção social do Projeto Café com Pão Arte Confusão, que passaram a ser realizadas em paralelo ao Projeto Nossa Energia;
- Parceria com a Junior Achievement, fundação educativa sem fins lucrativos, no programa de voluntariado que visa à formação de jovens empreendedores, promovendo cursos em escolas da região;
- Projeto Biblioteca Energisa: incentiva a troca de livros e amplia o acesso à cultura por meio da leitura.
- Patrocínio do Projeto Magia V: viabilizou a participação de uma equipe de alto nível, liderada pelos irmãos Torben e Lars Grael, nos principais eventos nacionais e internacionais da temporada 2013 de vela de oceano.
- Patrocínio de longas-metragens: no caso da Energisa Minas Gerais, também de curtas-metragens, além de diversos videocliques de bandas da região, gerando renda e emprego, além de colaborar para consolidação do Polo Audiovisual da Zona da Mata.
- Patrocínio de diversas iniciativas das prefeituras da área de concessão e de outras instituições que estimulam o esporte, a cultura e a sustentabilidade, além de seminários e feiras que promovem o desenvolvimento socioeconômico e ambiental.

### Ações de Promoção da Eficiência Energética

O programa de Eficiência Energética Energisa Minas Gerais contou com R\$ 2,7 milhões em 2013. Investimento que permitiu o desenvolvimento de várias ações voltadas para o consumo consciente de energia elétrica e pouparam o consumo de 2 GWh de energia, suficientes para abastecer 10 mil clientes residenciais durante um mês com consumo médio de 200 kWh.

Grande destaque em 2013 foi a ação de incentivo à troca de materiais recicláveis por bônus nas faturas de energia, contribuindo com o meio ambiente através da destinação correta de mais de 164 toneladas de materiais que foram recolhidos. Com R\$ 1,1 milhão investido, a iniciativa conta com mais de 2,1 mil clientes cadastrados em duas cidades da área de concessão, pioneiras na implantação do projeto em Minas.

Mais de R\$ 1,3 milhão foram aplicados em projetos para a população de baixo poder aquisitivo, através da substituição de 154 equipamentos ineficientes (geladeiras, TVs) e 9,2 mil lâmpadas incandescentes por fluorescentes, realização de eventos de conscientização em escolas e em praças públicas, com palestras e atividades educativas. A Energisa Minas Gerais conta com um caminhão, equipado com experimentos e sala de exibição, que em 2013 percorreu 15 municípios da área de concessão, levando informação à população. Também foram investidos mais de R\$ 310 mil em ações de melhoria do sistema de iluminação de prédios públicos e privados.

Todas as ações, associadas ao Programa de Eficiência Energética da Aneel/Procel, beneficiaram mais de 10 mil clientes em inúmeros municípios da área de concessão da Energisa Minas Gerais.

### Outras ações ambientais - ações mitigadoras

A Energisa mitiga seus impactos por meio de programas e práticas que compõem o Sistema de Gestão de Meio Ambiente, Aspectos Sociais, Saúde e Segurança - SGMASS e o Sistema de Gestão Socioambiental - SGSA. Dentre os programas e práticas implementados, destacam-se:

- Implantação de redes isoladas e protegidas;
- Implantação do Comitê de Gestão Socioambiental - COGESA;
- Descarte controlado de lâmpadas de vapor de sódio, vapor de mercúrio e fluorescente existentes em suas instalações próprias e na infraestrutura de iluminação pública;
- Desenvolvimento de campanhas internas e externas pela educação e conscientização ambiental (3Rs, redução consumo água, uso adequado da energia elétrica, etc);
- Contratação de fornecedores que, comprovadamente, tenham boa conduta ambiental;

## Relatório da Administração

- Participação em consórcios e comitês em prol do desenvolvimento sustentável e dos recursos hídricos de sua área de concessão, a exemplo do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais (CERHMG) do qual a empresa é integrante.

### 7 - Serviços prestados pelo auditor independente

---

A remuneração total da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes pelos serviços prestados para a Energisa Minas Gerais em 2013 foi de R\$ 197 mil, sendo i) R\$ 117 mil pela revisão das demonstrações financeiras; ii) R\$ 26 mil para a revisão de processos fiscais; e iii) R\$ 54 mil por serviços de procedimentos pré-acordados com a Aneel para os Programas de “Eficiência Energética”.

A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que determinam, principalmente, que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais para seu cliente ou promover os seus interesses.

A Administração.

## Notas Explicativas

### Notas explicativas às demonstrações financeiras para o Exercício findo em 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

#### 1. Contexto operacional

A Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A, ("Companhia ou Energisa MG") - empresa integrante do **GRUPO ENERGISA** - é uma concessionária distribuidora de energia elétrica, que atua em 65 municípios no Estado de Minas Gerais e 1 no Estado do Rio de Janeiro, atendendo a 415.329 consumidores (informação não revisada pelos auditores independentes). A Companhia possui sede na cidade de Cataguases, Estado de Minas Gerais.

Em 11 de janeiro de 2013 o Governo Federal editou a Lei nº 12.783 decorrente da Medida Provisória nº 579, que veio abordar os assuntos:

**Renovação de concessões:**

As concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, vincendas entre 2015 e 2017 poderão ser prorrogadas pelo prazo de 30 anos de forma a assegurar a continuidade, a eficiência da prestação de serviço e a modicidade tarifária.

A Companhia terá sua concessão expirada em 2015 e em atendimento às disposições da legislação, manifestou, em 15 de outubro de 2012, suas disposições de prorrogação de sua concessão pelo prazo de 30 anos a partir de julho de 2015.

As condições de prorrogação só serão conhecidas quando o Poder Concedente divulgar a minuta do termo aditivo ao contrato de concessão.

**Redução/eliminação de encargos setoriais:**

Foram eliminados das tarifas de energia elétrica, os encargos regulatórios: RGR - Reserva Global de Reversão; CCC - Custo de consumo de combustíveis e redução da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético e modicidade tarifária.

As eliminações e redução dos encargos setoriais incidentes sobre a energia elétrica não causaram impactos diretos nos resultados, tendo em vista que a redução da receita teve em contrapartida a redução dos encargos e impostos incidentes sobre vendas.

Segue algumas das obrigações da concessionária, previstas no contrato de concessão:

I - fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica;

II - realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança e modicidade das tarifas, em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III - organizar e manter registro e inventário dos bens vinculados à concessão e zelar por sua integridade, sendo vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do agente regulador;

IV - atender a todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores;

V - implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, por meio de programas de redução de consumo de energia e inovações;

VI - submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações em posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão;

VII - a concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente;

## Notas Explicativas

As informações referentes à revisão e aos reajustes tarifários, contas a receber da concessão, ativos vinculados a concessão, receita de construção e prazo de concessão estão apresentadas nas notas explicativas nº 9, 14, 15, 23 e 29, respectivamente.

A Companhia apresenta capital circulante líquido negativo em 31 de dezembro de 2013, no montante de R\$178.707, ocasionado pela natural transferência de empréstimos, financiamentos e debêntures para o curto prazo, a vencer no decorrer do próximo exercício.

A Administração já trabalha no reperfilamento destes vencimentos, concentrados no último trimestre de 2014, visando melhorar a estrutura de capital da empresa através de instrumentos mais longos.

Para financiar seus investimentos, em 08 de janeiro de 2014, em reunião do Conselho de Administração foi aprovado a contratação de financiamento de R\$35.831 junto ao BNDES, com vencimento em 15 de dezembro 2023 e taxa de juros de TJLP + 2,9% à 4% ao ano.

## 2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Lei das Sociedades Anônimas, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por normas e disposições da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e legislação específica aplicável às concessionárias de Serviços Públicos de Energia Elétrica, estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 14 de março de 2014.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com os CPCs e IFRS, não havendo diferenças entre as práticas.

### *Moeda funcional*

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens:

- Os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo; e
- Instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado;

### *Julgamentos e estimativas*

Estimativas contábeis - a preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais, planos de suplementação de aposentadoria e pensões e créditos tributários. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas nos exercícios futuros afetados.

Compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE - os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os cálculos preparados e divulgados pela entidade ou por estimativa da Administração da Companhia, quando as informações não estão disponíveis tempestivamente.



## Notas Explicativas

Provisão para créditos de liquidação duvidosa - (i) clientes, consumidores e concessionárias constituída com base nos valores a receber dos clientes da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias; (ii) títulos de créditos a receber, constituída em 100% do valor da dívida a partir de vencidas 3 (três) parcelas do contrato.

Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais - A Companhia registrou provisões, as quais envolvem julgamento por parte da Administração, para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis que, como resultado de um acontecimento passado é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

A Companhia também esta sujeita a várias reivindicações legais, cíveis e processos trabalhistas, que advêm do curso normal das atividades de negócios. O julgamento da Companhia é baseado na opinião de seus consultores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações circunstanciais tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inscrições fiscais ou exposições identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Planos de suplementação de aposentadoria e pensões - A Companhia possui planos de benefícios a empregados que inclui planos de suplementação de aposentadoria e pensões, prêmio de aposentadoria e plano de saúde.

Os compromissos atuariais com os planos de suplementação de aposentadoria e pensões são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos correspondentes reconhecidos durante o período aquisitivo dos empregados, em conformidade com a Deliberação CVM 695 de 13 de dezembro de 2012 e as regras contábeis estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC nº33 R1 (IAS 19) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os superávits com planos de benefícios a empregados não são contabilizados.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biométricas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médico são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

Créditos tributários - os créditos tributários são reconhecidos com relação as diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O reconhecimento ocorre na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação dos créditos tributários, com base em projeções de resultados elaborados e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitam a sua utilização. Periodicamente, os valores registrados são revisados e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos em consonância de acordo com a legislação fiscal.

Instrumentos financeiros derivativos - Os julgamentos e estimativas relacionados aos instrumentos financeiros derivativos estão descritos na nota explicativa nº 29.

### 3. Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

#### 3.1 Novos procedimentos contábeis emitidos pelo IASB

Aplicação das normas novas e revisadas que não tiveram efeito ou efeito material sobre as demonstrações financeiras.

A seguir estão apresentadas as normas novas e revisadas que passaram a ser aplicáveis a partir destas demonstrações financeiras. A aplicação dessas normas não teve impacto relevante nos montantes divulgados no exercício atual nem em exercícios anteriores.

- IFRS 13 (CPC 46) - Mensuração a Valor Justo.

## Notas Explicativas

- Modificações à IAS 01 revisada em 2011 - Apresentação de Itens de Outros Resultados Abrangentes.
- IAS 19 revisada em 2011 (CPC 33 (R1)) - Benefícios a Empregados.
- IAS 27 revisada em 2011 (CPC 35 (R2)) - Demonstrações Financeiras Separadas.
- Modificações à IFRS 7 - Compensação de Ativos e Passivos Financeiros.

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não adotadas.

A Companhia não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não efetivas:

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (b).
- Modificações às IFRS 9 e IFRS 7 - Data de Aplicação Mandatória da IFRS 9 e Divulgações de Transição (b).
- Modificações à IAS 19 (CPC 33 (R1)) - Benefícios a Empregados (b).
- Modificações à IAS 32 (CPC 39)- Compensação de Ativos e Passivos Financeiros (a).
- Modificações à IAS 36 (CPC 01 (R1)) - Divulgação de montantes recuperáveis para ativos não-financeiros (a).

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após:

- (a) 1° de janeiro de 2014.
- (b) 1° de janeiro de 2015.

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes para determinadas IFRSs anteriormente citadas, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada das IFRSs está condicionada à aprovação prévia em ato normativo do CFC.

A Companhia não adotou de forma antecipada tais alterações em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013. É esperado que nenhuma dessas novas normas tenha efeito material sobre as demonstrações financeiras, exceto pela IFRS 9 que pode modificar a classificação e mensuração de ativos financeiros.

### 3.2 Principais práticas contábeis

As políticas contábeis detalhadas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

- a. Caixa e equivalentes de caixa - abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com cláusulas contratuais que permitem o resgate em até 90 dias da data de sua aquisição, pelas taxas contratadas, estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo;
- b. Instrumentos financeiros - Todos os instrumentos financeiros ativos e passivos são reconhecidos no balanço da Companhia e são mensurados inicialmente pelo valor justo, quando aplicável, após o reconhecimento inicial de acordo com sua classificação. Os instrumentos financeiros da Companhia foram classificados em: (i) mantidos para negociação - mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Essa classificação inclui as operações com derivativos; (ii) mantidos até o vencimento - mensurados pela taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado e (iii) empréstimos e recebíveis - são mensurados pelo custo amortizado usando-se a taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado.

Existem três tipos de níveis para a apuração do valor justo referente ao instrumento financeiro conforme exposto abaixo:

Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.

Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.

Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de

## Notas Explicativas

A classificação dos instrumentos financeiros pela forma de apuração de seu valor justo está apresentada na nota explicativa nº 29.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e bancos; aplicações financeiras no mercado aberto, recursos vinculados, consumidores e concessionárias, contas a receber da concessão, títulos de créditos a receber e instrumentos financeiros derivativos.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures, encargos de dívidas e instrumentos financeiros derivativos.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado usando-se a taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado.

- c. Consumidores e concessionárias - englobam o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa reconhecida pelo regime de competência, até o encerramento do balanço;
- d. Provisão para créditos de liquidação duvidosa - foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face a eventuais perdas na realização dos créditos, levando em conta os critérios estabelecidos pela ANEEL;
- e. Estoques - os estoques estão valorizados ao custo médio da aquisição e não excedem os seus custos de aquisição ou seus valores de realização;
- f. Contas a receber da concessão - representa a parcela do capital investido na infraestrutura, não amortizada no período da concessão a ser indenizada ao final da concessão.

Com a publicação da Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei nº 12.783/2013, foi confirmado a utilização do “VNR - Valor Novo de Reposição” pelo Poder Concedente para pagamento de indenização dos ativos não amortizados no vencimento da concessão. Por essa razão, desde o exercício de 2012 registrou como receita financeira o valor correspondente a diferença entre o VNR e o custo histórico contábil. Esses ativos estão classificados como disponível para venda, cujos efeitos estão detalhados na nota explicativa nº 14.

- g. Ativos e passivos regulatórios - para fins tarifários os custos ainda não reconhecidos nas tarifas e ou custos reconhecidos nas tarifas por valores superiores aos valores efetivos, são diferidos e somente reconhecidos pela ANEEL quando da inclusão nas tarifas elétricas. Considerando não haver, nas normas contábeis internacionais (IFRS) e nos CPC's, base para registro desses ativos e passivos, os mesmos são reconhecidos no resultado do exercício em que efetivamente ocorrem.
- h. Investimentos - estão contabilizados ao custo de aquisição, líquidos de provisão para perdas, quando aplicável;
- i. Intangível - contrato de concessão: representa a infraestrutura operada pela Companhia na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A amortização está baseada no padrão de consumo dos benefícios esperado durante o prazo da concessão;
- j. Juros e encargos financeiros - são capitalizados às obras em curso com base na taxa média efetiva de captação;
- k. Redução a valor recuperável - a Companhia avalia os ativos do intangível com vida útil definida quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil. Os impostos a recuperar e os créditos tributários têm a recuperabilidade testada anualmente, independentemente de haver indicativos de perda de valor.

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

## Notas Explicativas

A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir: (i) o atraso ou não pagamento por parte do devedor; (ii) a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições que não as mesmas consideradas em outras transações da mesma natureza; (iii) indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência; e (iv) o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis e títulos de investimento mantidos até o vencimento individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas e os juros dos ativos financeiros são reconhecidos no resultado e refletidos em conta de provisão contra recebíveis, quando perdas e reversão de desconto, quando juros. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda é revertida e registrada no resultado.

Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. As alterações nas provisões de perdas por redução ao valor recuperável, atribuíveis ao método dos juros efetivo, são reconhecidos no resultado financeiro.

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

A administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável além das provisões já efetuadas.

- l. Empréstimos, financiamentos e debêntures - são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva;
- m. Derivativos - Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado. Suas características estão demonstradas na nota explicativa nº 29;
- n. Imposto de renda e contribuição social - A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda corrente e diferidos. O imposto diferido é contabilizado no resultado a menos que esteja relacionado a itens registrados em resultados abrangentes no

## Notas Explicativas

patrimônio líquido. Na apuração do imposto de renda e da contribuição social a partir do exercício de 2008 a Companhia optou por adotar o Regime Transitório de Tributação (RTT). O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativo e passivo para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Embora os ativos e os passivos fiscais correntes sejam reconhecidos e mensurados separadamente, a compensação no balanço patrimonial está sujeita aos critérios similares àqueles estabelecidos para os instrumentos financeiros. A entidade tem normalmente o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionarem com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e a legislação tributária permitir que a entidade faça ou receba um único pagamento líquido.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos, são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Em 12 de novembro de 2013 foi publicado a Medida Provisória nº 627/13 que alterou a Legislação Tributária Federal do país. As mais relevantes são: (i) revoga o regime transitório de tributação (RTT) a partir de 2015, mas prevê uma adoção antecipada para 01 de janeiro de 2014. Caso haja a adoção antecipada da Medida Provisória o RTT será automaticamente eliminado e as novas disposições passam a ser eficazes em 2014, em caráter irrevogável; (ii) tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas; e (iii) parcelamento especial de contribuição para o PIS/PASEP e COFINS. A adoção antecipada da MP eliminará de tributação do eventual excesso de distribuição de lucro societário em relação aos lucros distribuídos, apurados de acordo com os critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007.

A Companhia aguardará a conversão em Lei da Medida Provisória para realizar uma análise mais profunda e conclusiva sobre os efeitos das novas regras tributárias.

- o. Provisões - uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos relacionados a causas judiciais estão provisionadas por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis;
- p. Ajuste a valor presente - determinados títulos a receber são ajustados ao valor presente com base em taxas de juros específicas, que refletem a natureza desses ativos no que tange a prazo, risco, moeda, condição de recebimento, nas datas das respectivas transações;
- q. Dividendos - Os dividendos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios após o período contábil a que se refere as demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva aprovação;
- r. Resultado - as receitas e despesas são reconhecidas no resultado do exercício pelo regime de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. A Companhia contabiliza receitas e custos durante o período de construção da infraestrutura utilizado na prestação de serviço de distribuição de energia elétrica. A Companhia terceiriza suas obras e, neste contexto, a Administração entende que essa atividade gera uma margem muito reduzida não justificando gastos adicionais para mensuração e controle dos mesmos e, portanto, atribui para essa atividade margem zero;
- s. Benefícios a empregados - benefício definido - A obrigação líquida da Companhia quanto ao plano de pensão de benefício definido é calculada através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores, descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou

**Notas Explicativas**

redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano. Um benefício econômico está disponível se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano;

- t. Demais ativos e passivos (circulante e não circulante) - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço;
- u. Demonstração do valor adicionado - preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte suplementar às demonstrações financeiras.

**3.3 Ajustes****CPC 33 (R1) e IAS 19 Revisada - Benefícios a empregados**

As práticas contábeis referentes ao reconhecimento dos Benefícios a empregados - plano de suplementação de aposentadoria e pensões e prêmio aposentadoria, foram alteradas a partir de 01 de janeiro de 2013, por força das novas regras introduzidas pelo CPC 33 (R1) e IAS 19, que veio eliminar a abordagem do método do “corredor” que permitia o diferimento do reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais, passando a ser reconhecidos integralmente no passivo na rubrica “benefícios a empregados - plano de pensão”, em contrapartida a Demonstração dos Resultados Abrangentes no Patrimônio Líquido, líquido do imposto de renda e da contribuição social diferido. Por consequência a Companhia para manter melhor comparabilidade de seu balanço com a classificação adotada, efetuou ajustes nos saldos iniciais e finais do balanço de 2012 em relação aos originalmente publicados, conforme segue:

	Saldo em 2012 (Publicado)	Ajustes	Saldo em 2012 (ajustado)
<b>Ativo</b>			
Ativo não circulante	323.401	139	323.540
Créditos tributários	20.501	139	20.640
<b>Total do Ativo</b>	<b>538.587</b>	<b>139</b>	<b>538.726</b>
<b>Passivo</b>			
Passivo não circulante	315.793	408	316.201
Benefício a empregados - prêmio aposentadoria	1.248	408	1.656
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>101.148</b>	<b>(269)</b>	<b>100.879</b>
Outros resultados abrangentes	-	(269)	(269)
<b>Total do Passivo</b>	<b>538.587</b>	<b>139</b>	<b>538.726</b>

Demonstração Outros Resultados abrangentes	Saldo em 2012 (Divulgado)	Ajustes	Saldo em 2012 (Ajustado)
Lucro líquido do exercício	66.615	-	66.615
Outros resultados abrangentes	-	(478)	(478)
<b>Total do resultado abrangente do exercício, líquido de impostos</b>	<b>66.615</b>	<b>(478)</b>	<b>66.137</b>

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	Saldo em 2012 (Divulgado)	Ajustes	Saldo em 2012 (Ajustado)
Lucros ou prejuízos acumulados	-	-	-
Outros resultados abrangentes	-	(269)	(269)
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>101.148</b>	<b>(269)</b>	<b>100.879</b>

**Notas Explicativas**

	Saldo em 2011 (Publicado)	Ajustes	Saldo em 01/01/2012 (ajustado)
<b>Ativo</b>			
<b>Ativo não circulante</b>	<b>215.395</b>	<b>(108)</b>	<b>215.287</b>
Créditos tributários	43.814	(108)	43.706
<b>Total do Ativo</b>	<b>454.991</b>	<b>(108)</b>	<b>454.883</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não circulante</b>	<b>257.021</b>	<b>(317)</b>	<b>256.704</b>
Benefício a empregados - prêmio aposentadoria	1.184	(317)	867
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>68.321</b>	<b>209</b>	<b>68.530</b>
Outros resultados abrangentes	-	209	209
<b>Total do Passivo</b>	<b>454.991</b>	<b>(108)</b>	<b>454.883</b>

**4. Informações por segmento**

Um segmento operacional é um componente que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. O item não alocado compreende principalmente ativos corporativos.

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica, em 65 municípios no Estado de Minas Gerais e 1 no Estado do Rio de Janeiro.

**5. Caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados****a) Caixa e equivalente de caixa**

Instituição financeira	Tipo	Vencimento (1)	Remuneração	2013	2012
CEF	CDB	30/11/2015	100,5% do CDI	60	13.832
CEF FID	CDB	30/06/2015	100,5% do CDI	676	-
Santander	Debêntures(2)	21/12/2015	103,2% do CDI	7.550	7.022
Mercantil	CDB	18/12/2014	105,0% do CDI	-	1.465
Mercantil FID	CDB	21/11/2022	105,0% do CDI	-	775
				<b>8.286</b>	<b>23.094</b>
<b>Caixas e depósitos bancários</b>				<b>3.129</b>	<b>2.729</b>
<b>Total caixa e equivalente de caixa</b>				<b>11.415</b>	<b>25.823</b>

## Notas Explicativas

## b) Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

Instituição financeira	Tipo	Vencimento	Remuneração	2013	2012
ABC Brasil	CDB	23/12/2013	107,5% do CDI	-	15.141
BES	CDB	01/10/2015	100,0% do CDI	32	30
BICBanco	Fundo de Investimento em direitos creditórios	-	112,0% do CDI	-	2.323
BMG	CDB	16/12/2013	112,0% do CDI	-	315
Bradesco	CDB	30/12/2013 a 22/05/2014	99,0% a 100,0% do CDI	-	831
Bradesco	Debêntures (2)	12/07/2013	75,0% a 90,0% do CDI	-	13.952
Bradesco	Fundo de Investimento	-	CDI	-	1.150
BTG Pactual	Fundo de Investimento	-	CDI	-	7.064
CEF	Fundo de Investimento	-	CDI	-	77
CEF (4)	Letra financeira do Tesouro, Compromissada, Debêntures (2), DPGE, Letra financeira	09/04/2015 a 01/03/2018	102,7% a 122,11% do CDI/SELIC/IPCA+5,7%	7.052	-
CEF	Poupança	-	Poupança	16	16
Daycoval	CDB	26/02/2015	102,0% do CDI	-	14.345
FIM Zona da Mata	CDB	17/08/2015 a 01/12/2015	100,5% a 112%,0 do CDI	2.922	-
FIM Zona da Mata	Debêntures (2)	07/04/2016	100,0% do CDI + 3,9%	1.366	-
FIM Zona da Mata	Compromissada	21/02/2014 a 08/10/2015	102,5% a 103,2%,0 do CDI	3.370	-
FIM Zona da Mata	DPGE	10/07/2015 a 21/12/2015	107,5% a 113% do CDI	1.985	-
FIM Zona da Mata	Letra financeira	04/05/2017	107,0% do CDI	101	-
FIM Zona da Mata	Fundos de Renda Fixa	-	CDI	75	-
FIM Zona da Mata	Letra financeira do tesouro	07/09/2015 a 01/03/2018	SELIC	198	-
FIM Zona da Mata	NTN	15/08/2016	IPCA	719	-
FIM Zona da Mata	Fundos Multimercados	-	CDI	1.869	-
HSBC	Fundo de Investimento	-	CDI	-	890
Itaú	CDB	03/12/2013	101,8% do CDI	-	16
Itaú	Debêntures (2)	25/07/2013 a 26/03/2015	100,0% a 103,5% do CDI	-	171
Itaú	Fundo de Investimento	-	CDI	58	56
Santander Sul	Fundo de Investimento	-	CDI	-	10.027
América	Fundo de Investimento	-	CDI	-	6.019
				<b>19.763</b>	<b>72.423</b>



## Notas Explicativas

## Aplicações financeiras mantidas até o vencimento

Itaú	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	29/12/2020	100,0% do CDI	909	2.568
Mercantil	DPGE	21/05/2015	112,0% do CDI	10.595	-
				<b>11.504</b>	<b>2.568</b>

## Total aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados (3)

				<b>31.267</b>	<b>74.991</b>
Circulante				19.763	72.423
Não Circulante				11.504	2.568

- (1) As datas apresentadas representam o vencimento do título que lastreia a aplicação financeira. Por cláusula contratual, essas aplicações financeiras são resgatáveis em até 90 dias da data de sua contratação pelas taxas contratadas.
- (2) Operações compromissadas em debêntures - São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante ao compromisso de revenda assumido pelo comprador. Essas operações possuem liquidez imediata, são remuneradas pelo CDI e estão lastreadas em debêntures emitidas pelo Banco.
- (3) Inclui R\$1.015 referente recursos vinculados a empréstimos, leilões de energia e bloqueios judiciais.

Fundos de investimentos exclusivos, inclui aplicações em CDB, Debêntures, DPGE, Fundos de Renda Fixa, LFT, LF, LTN, NTN-B e Fundos Multimercados

## 6. Consumidores e concessionárias

Classes de consumidores	Vencidos (1)	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	há mais de 360 dias	2013	2012
Residencial	9.382	5.039	548	206	54	1	15.230	19.754
Industrial	9.289	548	30	23	400	899	11.189	15.006
Comercial	5.492	1.293	120	171	83	-	7.159	9.512
Rural	2.509	1.097	271	111	7	-	3.995	3.970
Poder público:								
Federal	24	6	1	-	-	-	31	35
Estadual	260	53	9	-	-	-	322	375
Municipal	948	195	33	5	-	-	1.181	1.371
Iluminação pública	1.071	85	46	3	-	-	1.205	1.033
Serviço público	1.265	12	9	1	-	-	1.287	1.508
Subtotal - consumidores	30.240	8.328	1.067	520	544	900	41.599	52.564
Concessionárias (2)	1.501	-	-	-	-	8.207	9.708	9.850
Fornecimento não faturado	13.434	-	-	-	-	-	13.434	14.378
Outros	-	-	-	-	-	12.882	12.882	15.539
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	(206)	(137)	(2.868)	(3.211)	(3.364)
<b>Total</b>	<b>45.175</b>	<b>8.328</b>	<b>1.067</b>	<b>314</b>	<b>407</b>	<b>19.121</b>	<b>74.412</b>	<b>88.967</b>
<b>Circulante</b>							<b>66.205</b>	<b>80.760</b>
<b>Não circulante</b>							<b>8.207</b>	<b>8.207</b>

(1) Os vencimentos são programados para o 5º dia útil após a entrega das faturas, exceto os clientes do Poder Público que possuem 10 dias úteis para efetuar os pagamentos.

(2) Inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

O saldo da conta de consumidores e concessionárias em 31 de dezembro de 2013, refere-se ao registro dos valores referentes à comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE no montante de R\$8.207 (R\$9.570 em 2012), deduzido das liquidações parciais ocorridas até 31 de dezembro de 2013. Esses saldos foram apurados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE.

A composição desses valores, incluindo os saldos registrados na rubrica "fornecedores" no passivo circulante de R\$8.322 em 2013, referente a aquisição de energia elétrica e aos encargos de serviços do sistema de R\$1.304 (R\$3.640 em 2012), conforme demonstrados a seguir:

**Notas Explicativas**

Composição dos créditos da CCEE	2013	2012
Saldos a vencer	-	288
Créditos vinculados a liminares até dezembro de 2002	6.873	6.873
Créditos vencidos (*)	1.334	2.409
	8.207	9.570
(-) Aquisições de energia na CCEE	(8.322)	-
(-) Encargos de serviços do sistema	(1.304)	(3.640)
	<b>(1.419)</b>	<b>5.930</b>

(\*) A Companhia possui provisão para crédito de liquidação duvidosa.

As transações ocorridas na CCEE são liquidadas após 45 dias do mês de competência.

Os valores da energia no curto prazo que se encontram vinculados a liminares podem estar sujeitos à modificação, dependendo de decisão dos processos judiciais em andamento, movidos por determinadas empresas do setor, relativos a interpretação das regras do mercado em vigor. Essas empresas, não incluídas na área do racionamento, obtiveram liminar que torna sem efeito o Despacho nº 288 da ANEEL, de 16 de maio de 2002, que objetivou o esclarecimento às empresas do setor sobre o tratamento e a forma de aplicação de determinadas regras de contabilização do MAE (atualmente CCEE), incluídas no Acordo Geral do Setor Elétrico. O pleito dessas empresas envolve a comercialização da cota-parte de Itaipu no sub-mercado Sudeste/Centro-Oeste durante o período de racionamento de 2001 a 2002, quando havia discrepância significativa de preços na energia de curto prazo entre os sub-mercados.

A Companhia não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre os saldos vinculados às referidas liminares, por entender que os valores serão integralmente recebidos seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente ou de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE.

## 7. Títulos de créditos a receber

Correspondem às contas de energia elétrica em atraso, renegociadas com os consumidores através de Termos de Confissão de Dívida, que na sua grande maioria são atualizados com base na variação do IGPM. Determinadas operações que foram renegociadas com taxas diferentes a praticada para esse conjunto de contas a receber, tiveram seus valores a receber ajustados ao valor presente com base na variação da taxa do CDI.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os saldos estão demonstrados como se segue:

	2013	2012
Títulos de créditos a receber	5.982	6.092
Ajuste a valor presente	(939)	(780)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (*)	(2.418)	(2.528)
	<b>2.625</b>	<b>2.784</b>
Circulante	395	1.952
Não circulante	2.230	832

(\*) Incluído no total apresentado como redutora no ativo circulante.

**Notas Explicativas**

Em 31 de dezembro de 2013, os títulos de créditos têm seus vencimentos assim programados:

Vencidos	2.418
2014	395
2015	343
2016	333
2017	281
2018	272
2019 em diante	1.001
Total	5.043

**8. Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

Movimentação das provisões	2013	2012
Saldo - inicial circulante -2012 e 01/01/2012	5.892	5.234
Provisões constituídas no exercício	437	2.311
Reversão de provisões no exercício	(700)	(1.653)
<b>Saldo - final - circulante -2013 e 2012</b>	<b>5.629</b>	<b>5.892</b>
Consumidores e concessionárias e CCEE	3.211	3.364
Títulos de créditos a receber	2.418	2.528

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e se baseiam nas instruções da ANEEL, a seguir resumidos:

Clientes com débitos relevantes:

- Análise individual do saldo a receber dos consumidores, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.

Para os demais casos:

- Consumidores residenciais - Vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais - Vencidos há mais de 180 dias;
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros - Vencidos há mais 360 dias.
- Títulos de créditos a receber com parcelas vencidas há mais de 90 dias, são constituídas provisão das parcelas vencidas e vincendas.

**9. Revisão e reajuste tarifário**

**Reajuste tarifário:**

Pela execução dos serviços, a concessionária tem o direito de cobrar dos consumidores as tarifas determinadas e homologadas pelo Poder Concedente. Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

A ANEEL através da Resolução Homologatória nº 1.532 de 11 de junho de 2013, aprovou o resultado do reajuste tarifário que gerou um aumento da 2,56%, aplicados a partir de 18 de junho de 2013.

**Revisão tarifária:**

A revisão tarifária periódica ocorre a cada 4 anos e neste processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. A Concessionária também pode solicitar uma

**Notas Explicativas**

Revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

A ANEEL através da Resolução Homologatória nº 1.293 de 05 de junho de 2012, aprovou o resultado da terceira revisão tarifária periódica da Companhia com reajuste que gerou um aumento da 1,20%, aplicados a partir de 18 de junho de 2012.

**10. Impostos a recuperar**

	2013	2012
Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	9.402	9.606
Imposto de Renda - IRPJ	543	713
Contribuição Social Sobre o Lucro - CSSL	21	31
Contribuição do PIS e COFINS	8.396	9.186
Outros (INSS pagamento a maior)	494	488
	<b>18.856</b>	<b>20.024</b>
Circulante	10.656	11.338
Não Circulante	8.200	8.686

**11. Baixa renda e outros créditos**

	2013	2012
Baixa renda	3.398	5.976
Ordens de serviço em curso - PEE e P&D	5.109	10.071
Ordens de serviço em curso - Outros	358	363
Ordens de dispêndio a reembolsar - ODR	76	2.052
Adiantamentos	1.555	800
Subvenção CDE - Desconto Tarifário	4.702	-
Creditos de terceiros -Alienação de bens e direitos	4.580	1.158
Creditos a receber - Restituição encargos setoriais	300	-
Outras	1.292	1.338
Total - circulante	<b>21.370</b>	<b>21.758</b>

Segue a movimentação do baixa renda e da Subvenção CDE - Desconto Tarifário:

. Baixa renda:

	2013	2012
Saldo - inicial circulante - 2012 e 01/01/2012	5.976	2.384
Subvenção Baixa Renda	20.225	22.361
Ressarcimento pela Eletrobrás	(22.803)	(18.769)
Saldo - final - circulante - 2013 e 2012	<b>3.398</b>	<b>5.976</b>

Esses créditos referem-se a subvenção da classe residencial baixa renda, das unidades consumidoras com consumo mensal inferior a 220 kWh, desde que cumpridos certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético ambos sob a administração da Eletrobrás. A Administração não espera apurar perdas na realização do saldo.

## Notas Explicativas

### . Subvenção CDE - desconto tarifário

	2013
Desconto tarifário subvenção Irrigante e Rural	36.381
Antecipação/Repasse despacho ANEEL nº 1711/2013	(31.679)
<b>Total</b>	<b>4.702</b>

O Governo Federal, através do Despacho ANEEL nº 1.711 de 29 de maio de 2013, disponibilizou R\$22.175 de recursos da CDE, os quais foram recebidos em 03 de junho de 2013, apropriados ao resultado do exercício proporcionalmente ao número de meses correspondente ao período de maio a novembro de 2013, além de R\$9.504, liberados nos meses de março, abril e maio, para fazer frente à Subvenção CDE para os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, nos termos do inciso VII do caput do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

## 12. Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela ENERGISA S/A, (100% do capital total), que por sua vez detém o controle acionário da Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (EPB), Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A (ESE), Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A (EBO), Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A (ENF), Energisa Soluções S/A (ESO), Energisa Comercializadora Ltda (ECOM), Energisa Serviços Aéreos S/A (ESER), Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda (EPLA), Energisa Geração Rio Grande S/A (EGR), Pequena Central Hidrelétrica Zé Tunin S/A, Energisa Geração Usina Mauricio, SPE Cristina Energia S/A, Energisa Geração Centrais Eólicas RN S/A (Holding que detém o controle acionário das empresas Energisa Geração Central Eólica Renascenças I, II, III, IV e Energisa Geração Central Eólica Ventos de São Miguel S/A), Energisa Bioeletricidade (Holding que possui 85% do capital votante das empresas Energisa Bioeletricidade Santa Cândida I, Energisa Bioeletricidade Vista Alegre I e 100% das empresas Energisa Bioeletricidade Santa Cândida II e Energisa Bioeletricidade Vista Alegre II) (empresas ligadas da Companhia).

### Transações efetuadas durante o exercício:

	Serviços contratados (1)	Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição (2)	Comissão aval (Despesa financeira) (3)	Saldo a pagar (fornecedores)
ENERGISA S/A	10.600	-	3.825	823
ENF	-	979	-	88
ESO	21.766	-	-	1.627
ESER	191	-	-	-
2013	32.557	979	3.825	2.538
2012	31.762	1.321	-	2.378

- (1) Os serviços contratados junto a Controladora refere-se a serviços administrativos, suportados por contratos que foram submetidos à aprovação da ANEEL. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins regulatórios. As transações com as empresas ligadas referem-se a serviços de manutenção de linhas, subestações, engenharia e de projetos.
- (2) Os valores de custo e uso de conexão estão suportados por contratos que foram submetidos à aprovação da ANEEL e foram efetuados em condições usuais de mercado.
- (3) Refere-se custo de comissão de aval, iniciado em fevereiro de 2013, de garantias da controladora sobre contratos da Companhia a razão de 1,5% a.a.

### Remuneração dos administradores

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a remuneração dos membros do Conselho de Administração foi de R\$746 (R\$634 em 2012) e da Diretoria foi de R\$1.459 (R\$1.137 em 2012). Além da remuneração, a Companhia é patrocinadora dos benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida para seus diretores, sendo a despesa no montante de R\$401 (R\$359 em 2012). Os encargos sociais sobre as remunerações totalizaram R\$289 (R\$269 em 2012).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a maior e a menor remuneração atribuídas a

**Notas Explicativas**

dirigentes, relativas ao mês de dezembro, foram de R\$16 e R\$2 (R\$15 e R\$2 em 2012), respectivamente. A remuneração média no exercício de 2013 foi de R\$9 (R\$8 em 2012).

Na AGO de 24 de abril de 2013, foi aprovado o limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício de 2013 no montante de R\$2.999 (R\$2.827 em 2012).

### 13. Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

Os impostos diferidos são oriundos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, assim como diferenças temporárias, que estão registrados segundo as normas do CPC 32 e apresentado conforme normas do CPC 26.

Impostos diferidos reconhecidos no balanço:

	2013	2012 (Ajustado)
<b>Ativo</b>		
Prejuízos fiscais	20.971	23.391
Base negativa de contribuição social	8.478	9.320
<b>Total - não circulante</b>	<b>29.449</b>	<b>32.711</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto de renda	8.912	8.875
Contribuição social	3.208	3.196
<b>Total - não circulante</b>	<b>12.120</b>	<b>12.071</b>
<b>Total líquido - ativo não circulante</b>	<b>17.329</b>	<b>20.640</b>

A natureza dos créditos diferidos são como segue:

	2013		2012 (ajustado)	
	base de cálculo	IRPJ + CSSL	base de cálculo	IRPJ + CSSL
<b>Ativo</b>				
Prejuízos fiscais	83.882	20.971	93.749	23.437
Base negativa da CSSL	94.205	8.478	103.748	9.337
Provisão ajuste atuarial	1.977	672	2.028	690
Provisões para riscos	5.740	1.952	6.200	2.108
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - PCLD	5.629	1.914	5.892	2.003
Outras provisões (PEE; P&D; honorários e outras)	2.784	947	5.945	2.021
Variações cambiais passivas	34.444	11.711	13.082	4.447
Marcação a mercado - derivativos	(31.295)	(10.640)	(16.738)	(5.691)
Ativos regulatórios (CVA´s)	16.294	5.540	7.575	2.576
Ajustes a valor presente	939	319	427	145
Outras adições (exclusões) temporárias	(2.251)	(766)	(2.876)	(977)
IRPJ e CSSL sobre a parcela do VNR do contas a receber da concessão e atualizações:	(69.909)	(23.769)	(57.224)	(19.456)
<b>Total - ativo não circulante</b>	<b>142.439</b>	<b>17.329</b>	<b>161.808</b>	<b>20.640</b>

**Notas Explicativas**

A seguir está apresentada a estimativa consolidada para as realizações dos impostos diferidos. As projeções de resultados utilizadas no estudo de recuperabilidade desses ativos, foram aprovadas pelo Conselho de Administração.

Período	Realizações de créditos fiscais
2014	5.295
2015	12.034
<b>Total</b>	<b>17.329</b>

A Companhia manifestou em 15 de outubro de 2012 a intenção de prorrogação de sua concessão pelo prazo de 30 anos a partir de julho de 2015.

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício, bem como a compensação dos créditos tributários registrados, são demonstrados como segue:

	2013	2012 (ajustado)
Lucro antes dos impostos	42.444	100.782
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Despesa de imposto de renda e da contribuição social calculadas às alíquotas fiscais combinadas	(14.431)	(34.266)
Ajustes:		
Outros	(497)	99
<b>Despesas de imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(14.928)</b>	<b>(34.167)</b>
Alíquota efetiva	35,17%	33,90%

**14. Contas a receber da Concessão**

A Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei 12.783/2013, confirmou a intenção do Poder Concedente de utilizar o VNR - Valor novo de reposição para valoração dos créditos a receber, ao final da concessão, a título de indenização dos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados.

No entendimento da Administração da Companhia esse fato alterou as condições contratuais da concessão relacionadas à forma de remunerar a Companhia pelos investimentos realizados na infraestrutura vinculados à prestação de serviços outorgados, que até o exercício de 2011, era reconhecido pelo custo histórico. A partir de 31 de dezembro de 2012 a Companhia passou a reconhecer o VNR - Valor novo de reposição, homologados pela ANEEL, dos ativos que compõe a concessão, corrigidos pela variação do IGPM, tendo registrado resultado do exercício em receita financeira - atualização do contas a receber da concessão - VNR no montante de R\$12.685 (R\$57.224 em 2012).

Esse direito está classificado como disponíveis para venda no não circulante. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o saldo dessa rubrica monta:

Movimentação	2013	2012
<b>Ativo financeiro - 2012 e 01/01/2012</b>	<b>217.739</b>	<b>136.442</b>
Adições no exercício (*)	56.221	24.199
Baixas no exercício	(770)	(126)
<b>Ativo financeiro</b>	<b>273.190</b>	<b>160.515</b>
Atualização contas a receber da concessão - VNR	12.685	57.224
<b>Ativo financeiro custo corrigido -2013 e 2012</b>	<b>285.875</b>	<b>217.739</b>

(\*) Transferência do intangível para o contas a receber da concessão.

## Notas Explicativas

## 15. Intangível e Imobilizado

	2013	2012
Intangível - Contrato da concessão	19.704	40.519
Imobilizado	6.843	4.265
<b>Total</b>	<b>26.547</b>	<b>44.784</b>

## Intangível - Contrato de concessão

Referem-se a parcela da infraestrutura utilizada na concessão da distribuição de energia elétrica a ser recuperada pelas tarifas elétricas durante o prazo da concessão.

INTANGÍVEL	Saldo 2012	Adição	Transferências	Baixas (*)	Amortização/ Depreciação	Saldo 2013
<b>Intangível em Serviço</b>						
Custo:	312.764	-	5.197	(18.435)	-	299.526
Amortização Acumulada	(246.518)	-	1.236	4.626	(22.784)	(263.440)
Subtotal	66.246	-	6.433	(13.809)	(22.784)	36.086
Em Curso	17.444	54.438	(9.732)	(50.002)	-	12.148
<b>Total Intangível</b>	<b>83.690</b>	<b>54.438</b>	<b>(3.299)</b>	<b>(63.811)</b>	<b>(22.784)</b>	<b>48.234</b>
<b>(-) Obrigações vinculadas à concessão</b>						
Em Serviço						
Custo	41.104	-	1.827	-	-	42.931
Amortização Acumulada	(26.506)	-	-	-	(5.997)	(32.503)
Subtotal	14.598	-	1.827	-	(5.997)	10.428
Em Curso	28.573	11.821	(1.827)	(20.465)	-	18.102
<b>Total das Obrigações vinculadas à concessão</b>	<b>43.171</b>	<b>11.821</b>	<b>-</b>	<b>(20.465)</b>	<b>(5.997)</b>	<b>28.530</b>
<b>Total Intangível</b>	<b>40.519</b>	<b>42.617</b>	<b>(3.299)</b>	<b>(43.346)</b>	<b>(16.787)</b>	<b>19.704</b>
<b>IMOBILIZADO</b>						
<b>Imobilizado em Serviço</b>						
Custo:						
Edificações e benfeitorias	209	-	-	-	-	209
Máquinas e equipamentos	2.039	-	3.715	-	-	5.754
Veículos	980	-	-	(180)	-	800
Móveis e utensílios	2.475	-	820	(340)	-	2.955
Depreciação Acumulada	(1.438)	-	(1.236)	275	(476)	(2.875)
<b>Total Imobilizado em serviço</b>	<b>4.265</b>	<b>-</b>	<b>3.299</b>	<b>(245)</b>	<b>(476)</b>	<b>6.843</b>
<b>Total</b>	<b>44.784</b>	<b>42.617</b>	<b>-</b>	<b>(43.591)</b>	<b>(17.263)</b>	<b>26.547</b>

(\*) Das baixas no montante de R\$43.591, R\$29.537 foi transferido para o Contas a Receber da Concessão, e R\$14.054 referem-se a baixas realizadas no exercício. R\$12.839 de obrigações especiais foi registrado no Passivo Circulante rubrica - Outras Contas a Pagar, referente a devolução à Eletrobrás de recursos do Programa Luz para Todos e R\$ 13.845 transferido do contas a receber para o ativo intangível em serviço.



**Notas Explicativas**

INTANGÍVEL	Saldo 01/01/2012	Adição	Transferências	Baixas (*)	Amortização/ Depreciação	Saldo 2012
<b>Intangível em Serviço</b>						
Custo:	325.294	-	(3.519)	(9.011)	-	312.764
Amortização Acumulada	(231.046)	-	2.266	3.147	(20.885)	(246.518)
Subtotal	94.248	-	(1.253)	(5.864)	(20.885)	66.246
Em Curso	9.439	39.967	(7.167)	(24.795)	-	17.444
<b>Total Intangível</b>	<b>103.687</b>	<b>39.967</b>	<b>(8.420)</b>	<b>(30.659)</b>	<b>(20.885)</b>	<b>83.690</b>
<b>(-) Obrigações vinculadas à concessão</b>						
Em Serviço						
Custo	44.680	-	322	(3.898)	-	41.104
Amortização Acumulada	(20.742)	-	-	-	(5.764)	(26.506)
Subtotal	23.938	-	322	(3.898)	(5.764)	14.598
Em Curso	27.657	3.630	(322)	(2.392)	-	28.573
<b>Total das Obrigações vinculadas à concessão</b>	<b>51.595</b>	<b>3.630</b>	<b>-</b>	<b>(6.290)</b>	<b>(5.764)</b>	<b>43.171</b>
<b>Total Intangível</b>	<b>52.092</b>	<b>36.337</b>	<b>(8.420)</b>	<b>(24.369)</b>	<b>(15.121)</b>	<b>40.519</b>
<b>IMOBILIZADO</b>						
<b>Imobilizado em Serviço</b>						
Custo:						
Edificações e benfeitorias	-	-	209	-	-	209
Máquinas e equipamentos	-	-	7.022	(4.983)	-	2.039
Veículos	-	-	980	-	-	980
Móveis e utensílios	-	-	2.475	-	-	2.475
Depreciação Acumulada	-	-	(2.266)	1.173	(345)	(1.438)
<b>Total Imobilizado em serviço</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>8.420</b>	<b>(3.810)</b>	<b>(345)</b>	<b>4.265</b>
<b>Total</b>	<b>52.092</b>	<b>36.337</b>	<b>-</b>	<b>(28.179)</b>	<b>(15.466)</b>	<b>44.784</b>

(\*) Das baixas no montante de R\$28.179, R\$22.403 foi transferido para o Contas a Receber da Concessão e R\$5.776 referem-se a baixas realizadas no exercício. Cerca de R\$1.796 referente a aplicação da Resolução normativa nº 474 - novas taxas de depreciação no contas a receber da concessão.

A infraestrutura utilizada pela Companhia nas suas operações é vinculada ao serviço público de distribuição de energia, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99, regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para sua desvinculação, quando destinados à alienação, determina, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

A amortização está sendo efetuada pelo prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. A taxa média ponderada de amortização utilizada é de 3,83% (3,75% em 2012).

A Companhia passou a amortizar as obrigações especiais em junho de 2008. A partir da segunda revisão tarifária periódica, as obrigações vinculadas a concessão (obrigações especiais) passaram a ser amortizadas pela taxa média de depreciação do ativo imobilizado da respectiva atividade em que tiverem sido aplicados os recursos das obrigações especiais.

**Notas Explicativas**

O saldo do Intangível e do contas a receber da concessão estão reduzidos pelas obrigações vinculadas a concessão, que são representadas por:

Obrigações vinculadas à concessão:	2013	2012
Contribuições do consumidor (1)	117.031	108.540
Participação da União - recursos CDE (2)	34.976	47.816
Participação do Governo do Estado (2)	16.596	16.558
Reserva para reversão (3)	1.409	1.409
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	3.221	1.338
( - ) Amortização acumulada	<u>(32.503)</u>	<u>(26.507)</u>
<b>Total</b>	<b><u>140.730</u></b>	<b><u>149.154</u></b>
Alocação:		
Contas a receber da concessão	112.200	105.983
Infraestrutura - Intangível em serviço	10.428	14.598
Infraestrutura - Intangível em curso	14.881	27.235
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	<u>3.221</u>	<u>1.338</u>
<b>Total</b>	<b><u>140.730</u></b>	<b><u>149.154</u></b>

- (1) As contribuições de consumidores representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica.
- (2) As subvenções da União - recursos CDE e a participação do Governo do Estado, são provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e estão destinados ao Programa Luz para Todos.
- (3) A reserva para reversão constituída até 31 de dezembro de 1971, representa o montante de recursos provenientes do fundo de reversão, os quais foram aplicados em projetos de expansão da Companhia, incidindo juros de 5 % a.a. pagos mensalmente.

**Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente**

A ANEEL, através da REN n° 463 de 22 de novembro de 2011, determinou que os valores provenientes do faturamento de multas por ultrapassagem de demanda e consumo de energia reativa excedente, a partir da revisão tarifária referente ao 3° ciclo de revisões tarifárias, passem a ser contabilizadas como Obrigações especiais. Anteriormente ao 3° ciclo esses valores eram contabilizados como receita operacional. A Companhia passou pelo 3° ciclo de revisão tarifária em junho de 2012 e, a partir dessa data, os faturamentos das ultrapassagens de demanda passaram a ser contabilizados na rubrica Obrigações especiais. Em 31 de dezembro de 2013, o montante contabilizado naquela rubrica é de R\$3.221 (R\$1.338 em 2012).

A ABRADDEE (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica), como representante das distribuidoras de energia elétrica, ingressou no judiciário questionando o tratamento dado a esse faturamento.

**Imobilizado**

Taxas de depreciação praticadas pela Companhia são:

Taxas de depreciação do ativo imobilizado	2013
Edificações e benfeitorias	3,33%
Máquinas e equipamentos	6,25%
Veículos	14,29%
Móveis e utensílios	6,25%

## Notas Explicativas

### Encargos financeiros

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 a Companhia efetuou a transferência de encargos financeiros para o Intangível em curso, conforme abaixo:

	2013	2012
Encargos de dívidas - juros	20.407	20.992
( - ) Transferência para o intangível em curso (*)	(1.084)	(762)
<b>Efeito líquido no resultado</b>	<b>19.323</b>	<b>20.200</b>

(\*) Conforme CPC20 a Companhia utilizou a taxa média ponderada para apropriação dos custos dos empréstimos aos ativos não diretamente vinculados e a taxa efetiva para os ativos específicos.

## 16. Fornecedores

	2013	2012
Suprimento (1):		
Contratos Bilaterais	18.348	21.283
CCEE	8.322	-
Uso de rede básica (1)	1.304	3.640
Uso do sistema de transmissão/distribuição (1)	2.652	5.464
Conexão a rede (1)	102	295
Materiais e serviços e outros (2)	8.856	8.922
<b>Total</b>	<b>39.584</b>	<b>39.604</b>
Circulante	38.840	38.881
Não circulante	744	723

(1) Refere-se a aquisição de energia elétrica de geradores, uso da rede básica e uso do sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias.

(2) Refere-se as aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição e comercialização de energia elétrica, com prazo médio de liquidação de 40 dias.

## Notas Explicativas

## 17. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

Operações	Encargos da dívida	Principal		Total		Ref.
		Circulante	Não Circulante	2013	2012	
<b>Em moeda nacional</b>						
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III	112	-	15.000	15.112	15.076	
Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	57	1.137	2.967	4.161	5.641	
Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	2	10	25	37	52	
Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche	325	1.446	6.905	8.676	20.994	
Eletrobrás - Subtransmissão	8	280	904	1.192	1.403	
Eletrobrás - Devolução LPT		12.846	2.569	15.415	-	
Banco HSBC - repasse BNDES	5	511	752	1.268	1.781	
Banco HSBC - repasse BNDES	4	272	349	625	774	
Banco HSBC - repasse BNDES	7	319	421	747	1.066	
Banco ITAU BBA - repasse BNDES	9	451	2.749	3.209	3.664	
Banco ITAU BBA - repasse BNDES	4	162	914	1.080	1.070	
Banco ITAU BBA - repasse BNDES	5	188	1.145	1.338	1.526	
Banco ITAU BBA - repasse BNDES	3	298	1.814	2.115	2.411	
Banco Itaú BBA - repasse BNDES PER	3	743	929	1.675	2.205	
Banco Itaú BBA - FINAME	29	1.198	7.723	8.950	5.265	
Caixa Econômica Federal - FINAME	43	493	3.741	4.277	4.351	
Banco Bradesco - CCB	793	12.502	12.500	25.795	38.263	(1)
Banco ITAU BBA - BNDES FINEM	58	8.666	4.651	13.375	17.972	
<b>Total em moeda nacional</b>	<b>1.467</b>	<b>41.522</b>	<b>66.058</b>	<b>109.047</b>	<b>123.514</b>	
(-) custos de captação incorridos na contratação	(97)	-	(174)	(271)	(356)	
<b>Em moeda estrangeira</b>						
Citibank	234	38.536	-	38.770	34.136	(2)
Bank of America Merrill Lynch	249	66.799	-	67.048	58.998	(2)
Banco Itaú BBA	676	-	70.277	70.953	61.820	(2)
<b>Total em moeda estrangeira</b>	<b>1.159</b>	<b>105.335</b>	<b>70.277</b>	<b>176.771</b>	<b>154.954</b>	
<b>Total ENERGISA MINAS GERAIS</b>	<b>2.529</b>	<b>146.857</b>	<b>136.161</b>	<b>285.547</b>	<b>278.112</b>	

(\*) Para garantia do pagamento das parcelas de curto prazo, a Companhia mantém aplicações financeiras no montante R\$909 (R\$2.568 em 2012) registrados na rubrica, "aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados" no ativo circulante.

33 O contrato relativo ao Bradesco (CCB) possui cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 29 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos). Em 31 de dezembro de 2013, todas as exigências foram cumpridas.

34 Os contratos de financiamentos junto ao Citibank, Bank of America Merrill Lynch e Banco Itaú BBA, possuem proteção de swap cambial e instrumentos financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 29).

Os financiamentos obtidos junto ao Finame estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados.

A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

**Notas Explicativas**

Condições contratuais dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2013:

Operação	Características da Operação			Prazo Médio meses	Custo da Dívida		TIR (Taxa efetiva de juros)	Ref
	Vencimento	Periodicidade Amortização	Garantias Reais		Indexador	Tx de Juros aa		
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III	dez-2020	mensal, após dez.2017	Recebíveis	66	CDI +	0,7%	8,82%	
Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	ago-2017	mensal	Recebíveis	22	RGR	5,0%	5,0%	
Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche (RJ)	ago-2017	mensal	Recebíveis	22	RGR	5,0%	5,0%	
Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche	dez-2019	mensal	Recebíveis	35	RGR	5,0%	5,0%	
Eletrobrás - subtransmissão	mar-2018	mensal	Recebíveis	28	RGR	5,0%	5,0%	
Eletrobrás - Devolução LPT	fev-2015	mensal	Recebíveis	9	Selic Acumulada		8,22%	
Banco HSBC - repasse BNDES I	mai-2016	mensal	Aval Energisa S.A.	15	TJLP +	4,3%	9,51%	
Banco HSBC - repasse BNDES II	mai-2016	mensal	Aval Energisa S.A.	15	UMBND +	4,3% + juros variáveis	19,56%	
Banco HSBC - repasse BNDES III	mai-2016	mensal	Aval Energisa S.A.	15	TJLP +	3,9%	9,1%	
Banco ITAU BBA - repasse BNDES I	jan-2021	mensal	Aval Energisa S.A.	43	TJLP +	4,75%	9,98%	
Banco ITAU BBA - repasse BNDES II	jan-2021	mensal	Aval Energisa S.A.	42	UMBND +	3,75%+ juros variáveis	19,05%	
Banco ITAU BBA - repasse BNDES III	jan-2021	mensal	Aval Energisa S.A.	43	TJLP +	5,95%	11,25%	
Banco ITAU BBA - repasse BNDES IV	jan-2021	mensal	Aval Energisa S.A.	43	pré-fixado	5,5%	5,5%	
Banco ITAU BBA - repasse BNDES PER	mar-2016	mensal	Aval Energisa S.A.	14	pré-fixado	5,5%	5,5%	
Banco Itaú BBA - FINAME Caixa Econômica Federal - FINAME	Até mai-2021	mensal	Aval Energisa S.A.	52	pré-fixado	De 2,5% a 10%	De 2,5% a 10%	
Banco Bradesco - CCB	Jan-2022	mensal	Aval Energisa S.A	48	pré-fixado	8,7%	8,7%	
Banco Bradesco - CCB	out-2015	anual	-	16	CDI +	1,25%	9,41%	
Banco ITAU BBA - repasse BNDES Finem	maio-2015	mensal, após mar.2014	Aval Energisa S.A.	11	TJLP +	2,25% a 4,15%	7,36% a 9,36%	
Citibank	Set-2014	final	Aval Energisa S.A	9	libor +	2,25%	17,79%	(1)
Bank of America Merrill Lynch	out-2014	final	Aval Energisa S.A	10	libor +	2,0%	17,51%	(1)
Banco Itaú BBA	Set-2015	final	Aval Energisa S.A	21	Dólar +	2,95%	18,02%	(1)

Os principais indicadores utilizados para a atualização de empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais no ano:

Moeda/indicadores	2013	2012
US\$ x R\$	14,64%	8,94%
TJLP	5,00%	5,50%
SELIC	8,22%	8,49%
CDI	8,06%	8,40%
IPCA	5,91%	5,84%
IGP-M	5,53%	7,81%

**Notas Explicativas**

Os financiamentos de longo prazo têm seus vencimentos assim programados:

	2013
2015	97.206
2016	6.172
2017	5.164
2018	9.119
2019	9.048
Após 2019	9.452
<b>Total</b>	<b>136.161</b>

Seguem as movimentações ocorridas no exercício:

Descrição	2013	2012
<b>Saldos em 2012 e 01/01/2012</b>	<b>278.112</b>	<b>218.230</b>
Novos empréstimos e financiamentos obtidos	21.933	87.423
Encargos de dívidas - juros, variação monetária e cambial	37.060	23.818
Pagamento de principal	(37.066)	(36.781)
Pagamento de juros	(14.492)	(14.578)
<b>Saldos em 2013 e 2012</b>	<b>285.547</b>	<b>278.112</b>
Circulante	149.386	25.704
Não circulante	136.161	252.408

Os custos de captações dos financiamentos a serem amortizados nos períodos subsequentes é como segue:

Contratos	2014	2015	2016	2017 em diante	Total
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III(*)	24	24	24	95	167
Banco ITAU BBA - BNDES FINEM	73	31	-	-	104
<b>Total</b>	<b>97</b>	<b>55</b>	<b>24</b>	<b>95</b>	<b>271</b>

**18. Debêntures (não conversíveis em ações)**

Principais características das debêntures:

	7ª Emissão
Tipo de emissão	Pública
Data de emissão	15/12/2009
Data de vencimento	15/12/2014
Garantia	Quirografária
Rendimentos	CDI + 1,9 % a.a
TIR (taxa efetiva de juros)	10,11% a.a.
Quantidade de títulos	60.000
Valor na data de emissão	60.000
Títulos em circulação	60.000
Carência de Juros	6 meses
Data de repactuação	15/12/2012
Amortizações/parcelas	Final
Saldos em 2013 (*)	60.051
Circulante	60.051
Não circulante	-
Saldos em 2012 (*)	46.734
Circulante	98
Não circulante	46.636

(\*) Deduzido de R\$195 (R\$309 em 2012), referente a custos de captação incorridos na contratação.

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de dezembro de 2013 as exigências contratuais foram cumpridas.

**Notas Explicativas**

Em 20 de Junho de 2013, através de leilão eletrônico organizado e divulgado pela CETIP S.A - Mercados Organizados, foram recolocadas no mercado parte das debêntures anteriormente resgatadas pela Companhia (13.085 debêntures da 7ª emissão pelo montante de R\$13.101) pelo preço unitário (PU) de valor nominal de mil reais, acrescido de remuneração correspondente a CDI mais 1% ao ano. As debêntures estavam na tesouraria por consequência da não repactuação de parte dos credores das respectivas emissões em 17 de dezembro de 2012.

Seguem as movimentações ocorridas no exercício:

Descrição	2013	2012
<b>Saldos em 2012 e 01/01/2012</b>	<b>46.734</b>	<b>60.010</b>
Recolocação de Debêntures	13.101	-
Encargos de dívidas - juros, variação monetária	4.984	6.077
Pagamento de principal - Recompra	-	(13.085)
Pagamento de juros	(4.768)	(6.268)
<b>Saldos em 2013 e 2012</b>	<b>60.051</b>	<b>46.734</b>
Circulante	60.051	98
Não circulante	-	46.636

**19. Tributos e Contribuições Sociais**

	2013	2012
ICMS	17.824	21.565
Encargos Sociais	842	688
IRPJ	6.264	4.138
CSSL	2.808	2.681
PIS/COFINS	4.104	5.547
IRRF	144	90
Outros	668	733
<b>Total</b>	<b>32.654</b>	<b>35.442</b>
Circulante	25.295	29.978
Não circulante	7.359	5.464

**20. Parcelamento de impostos**

A Energisa MG possui parcelamento ordinário de débitos junto a Receita Federal do Brasil no montante de R\$6.201, em 60 parcelas mensais, corrigidas pela variação da Taxa Selic. No exercício foram efetuados pagamentos de R\$1.289 (R\$1.422 em 2012) e juros Selic de R\$210 (R\$322 em 2012) e optou em novembro de 2013 por utilizar os benefícios da Lei 12.865 de 09/10/2013, que reabriu o prazo e os benefícios previstos na Lei 11.941/2009. Para pagamentos de tributos vencidos até dezembro de 2008 tendo efetuado recolhimentos de IR, CS, PIS e COFINS da ordem de R\$7.434 mil, redução de R\$5.913 registrado no resultado financeiro.

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo do parcelamento é de R\$ 1.996 (R\$3.284 em 2012) e o número de parcelas a serem quitadas são 15.

**Notas Explicativas**

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o saldo dos impostos parcelados está assim programado:

	2013	2012
2013	-	1.407
2014	1.497	1.454
2015	499	423
<b>Total</b>	<b>1.996</b>	<b>3.284</b>
Circulante	1.497	1.407
Não circulante	499	1.877

**21. Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais**

A Administração da ENERGISA MG, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisão para riscos de natureza trabalhistas e cíveis, como segue:

	Saldo inicial 2012	Provisões constituídas	Reversões de provisões	Atualização	Saldo final 2013
Trabalhistas	3.225	568	(1.308)	157	2.642
Cíveis	2.975	1.076	(1.275)	170	2.946
Fiscais	-	146	-	6	152
<b>Total</b>	<b>6.200</b>	<b>1.790</b>	<b>(2.583)</b>	<b>333</b>	<b>5.740</b>
Depósitos e cauções vinculados (*)	(776)				(1.155)

  

	Saldo inicial 01/01/2012	Provisões constituídas	Reversões de provisões	Atualização	Saldo final 2012
Trabalhistas	2.764	2.035	(1.747)	173	3.225
Cíveis	2.887	833	(896)	151	2.975
<b>Total</b>	<b>5.651</b>	<b>2.868</b>	<b>(2.643)</b>	<b>324</b>	<b>6.200</b>
Depósitos e cauções vinculados (*)	(566)	-	-	-	(776)

(\*) A Energisa MG possui depósitos e cauções vinculados no ativo não circulante, no montante de R\$1.634 (R\$1.307 em 2012) dos quais R\$479 (R\$531 em 2012), não foram constituídas provisões para riscos, pelo fato do prognóstico de êxito ser possível ou provável.

No exercício foram pagos o montante de R\$1.241 (R\$409 em 2012), sendo de indenizações trabalhistas R\$592 (R\$337 em 2012) e de indenizações cíveis R\$649 (R\$72 em 2012).

No exercício foram efetuadas provisões de honorários de êxito referente as causas de prognósticos de perdas possíveis e remotas no montante de R\$671 (R\$630 em 2012), registrado na rubrica fornecedores.

**Perdas prováveis**

- Trabalhistas**

A maioria dessas ações tem por objeto pedido de horas extras, equiparação salarial, FGTS e verbas contratuais/legais.

- Cíveis**

Nos processos cíveis discutem-se principalmente indenizações por danos morais/materiais e reclamações de consumidores, envolvendo débitos de energia. Há também ações judiciais de consumidores reivindicando o reembolso de valores pagos à Companhia resultantes da majoração de tarifas com base nas portarias do DNAEE nº 38 e nº 45, aplicadas durante a vigência do Plano Cruzado no ano de 1986, tendo sido constituída à época.

- Fiscais**

No exercício provisionou-se o valor de R\$146, correspondente a provisão da Execução Fiscal nº 2007.100.001867-4, realizada em razão da reforma pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, de decisão favorável de 1ª instância, proferida nos autos dos Embargos a Execução nº 2007.001.218816-8,



## Notas Explicativas

que anulou a multa aplicada pelo PROCON em razão de supostas instabilidades do sistema de distribuição de energia elétrica ocorridos no Estado do Rio de Janeiro.

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimado como provável.

### Perdas possíveis

A Companhia possui processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento em um montante de R\$102.525 (R\$79.083 em 2012), cuja probabilidade de êxito foi estimada pelos consultores jurídicos como possível, não requerendo a constituição de provisão.

Segue os comentários de nossos consultores jurídicos referente às ações consideradas com riscos possíveis:

#### • Trabalhistas

As ações judiciais de natureza trabalhistas no montante de R\$2.503 (R\$1.757 em 2012), referem-se a discussões de ex-empregados que requerem recebimento de horas extras, de adicional de periculosidade, horas de sobreaviso, indenizações por danos decorrentes de acidente de trabalho, bem como ações de ex-empregados de prestadores de serviços contratados pela Companhia reclamando responsabilidade subsidiária por verbas rescisórias.

As causas possíveis trabalhistas incrementadas no exercício de R\$747, cerca de R\$185 refere-se a auto de infração movida pelo de Ministério do Trabalho lavrado ao entendimento de terceirização ilícita de atividade da empresa, com o que a empresa não pode concordar ante a previsão na Lei 8.987 art. 25 § 1º que permite a terceirização inclusive de atividades inerentes.

#### • Cíveis

As ações judiciais de natureza cível no montante de R\$57.092 (R\$45.752 em 2012), referem-se, em sua grande maioria, a discussões sobre o valor de contas de energia elétrica, em que o consumidor requer a revisão ou o cancelamento da fatura; cobrança de danos materiais e morais pelo consumidor, decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição ou decorrentes de variações de tensão elétrica ou de falta momentânea de energia; bem como a ações em que os consumidores pretendem a devolução de valores, em face dos reajustes tarifários determinados pelas Portarias nº 38 e nº 45/1986, do extinto Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE, durante o congelamento de preços no Plano Cruzado, além de multas regulatórias originárias de procedimentos de fiscalização do poder concedente que encontram-se em processo de defesa administrativa.

#### • Fiscais

As ações de natureza fiscais e tributárias no montante R\$42.930 (R\$31.574 em 2012), refere-se basicamente a discussões sobre: (i) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS de equipamentos para prestação dos serviços de distribuição e transmissão de energia a locados no ativo permanente da empresa, já tendo a comprovação obtida decisões favoráveis em 1ª, 2ª e 3ª instâncias, com trânsito em julgado em alguns processos; (ii) cobrança ICM'S em decorrência de saída isenta e energia elétrica recebida ao abrigo do deferimento, o que viola a legislação vigente razão pela qual garantimos a execução e interpusemos embargos a execução na busca de afastar esta cobrança indevida.

O aumento ocorrido no exercício de R\$11.356, cerca de R\$8.670, refere-se a cobrança ICM'S em decorrência de saída isenta e energia elétrica recebida ao abrigo do deferimento.

## 22. Patrimônio líquido

### 22.1 Capital social e reservas de capital

O capital social da Companhia é de R\$44.171 (R\$44.171 em 2012), atribuídos a 450.712 ações ordinárias, todas sem valor nominal.

Em AGE de 24 de abril de 2013, todas as ações preferenciais, no montante de 79.783 ações classe "A"

**Notas Explicativas**

e 259 ações classe "B", foram convertidas, pela companhia, em ações ordinárias.

O capital social da Companhia poderá ser aumentado, por subscrição, independentemente de modificação estatutária até o limite de 600 mil ações, cabendo ao Conselho de Administração a deliberação sobre forma, condições da subscrição e integralização das ações bem como as características das ações a serem emitidas e o preço de emissão.

**22.2 Reserva de lucros - reserva legal**

Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitado a 20% do capital social.

**22.3 Dividendos**

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A Administração está propondo a seguinte distribuição de dividendos:

	2013	2012
Lucro líquido do exercício	27.516	66.615
Dividendos obrigatórios (25%)	6.879	16.654
Dividendos antecipados autorizados pela RCA (*):		
• Em junho de 2013 - R\$22,106 por ação	9.963	-
• Em agosto de 2013 - R\$7,003 por ação (R\$0,029 em dezembro de 2012 - por ação)	3.157	13.152
• Em dezembro de 2013 - R\$28,843 por ação (R\$0,033 em dezembro de 2012 - por ação)	13.000	14.932
	<b>26.120</b>	<b>28.084</b>
Dividendos adicionais propostos R\$3,097 por ação (R\$0,0855 em 2012) por ação (**):	1.396	38.531
<b>Total dos dividendos</b>	<b>27.516</b>	<b>66.615</b>
% sobre o lucro líquido ajustado	100	100

(\*) Os dividendos antecipados aprovados pelas RCAs de 13 de junho, 08 de agosto e 19 de dezembro de 2013 (de 09 de agosto e 20 de dezembro de 2012) foram calculados sobre o resultado apurado com base no balanço patrimonial de 30 de março, 30 de junho e 30 de novembro de 2012 (30 de junho e 30 de novembro de 2012), respectivamente.

(\*\*) Os dividendos adicionais propostos foram registrados na rubrica específica de dividendos a pagar dentro do próprio Patrimônio Líquido, de acordo com as normas do CPC-08, e serão pagos em data a ser definida em RCA.

## Notas Explicativas

## 25. Receita Operacional

	2013			2012		
	Não auditado pelos auditores independentes		R\$	Não auditado pelos auditores independentes		R\$
	Nº de consumidores	MWh		Nº de consumidores	MWh	
Residencial	306.485	446.819	226.477	297.257	416.344	253.607
Industrial	3.727	177.505	68.679	3.684	187.439	86.807
Comercial	34.323	218.476	115.452	33.698	210.428	112.457
Rural	65.789	156.598	66.156	64.210	141.448	49.529
Poder Público:						
Federal	64	485	220	62	477	258
Estadual	568	10.261	4.643	553	10.089	5.433
Municipal	3.414	21.613	9.765	3.322	21.251	11.425
Iluminação Pública	254	73.592	19.931	254	70.591	21.896
Serviço Público	561	37.515	14.247	548	37.762	14.903
Consumo Próprio	112	3.462	-	92	3.079	-
Subtotal	<b>415.297</b>	<b>1.146.326</b>	<b>525.570</b>	<b>403.680</b>	<b>1.098.908</b>	<b>556.315</b>
Receita de Remuneração dos Ativos de Concessão	-	-	13.976	-	-	12.218
Suprimento	-	(3.239)	(565)	-	31.300	2.391
Fornecimento não faturado (líquido)	-	3.686	(943)	-	4.674	(622)
Disponibilização do sistema de transmissão e de distribuição	32	-	29.825	27	-	42.334
Receita de Construção	-	-	58.832	-	-	36.775
Outras receitas operacionais	-	-	5.354	-	-	5.199
Total - receita operacional bruta	<b>415.329</b>	<b>1.146.773</b>	<b>632.049</b>	<b>403.707</b>	<b>1.134.882</b>	<b>654.610</b>
Deduções da receita operacional						
ICMS	-	-	107.054	-	-	119.869
PIS	-	-	9.437	-	-	10.170
COFINS	-	-	43.467	-	-	46.847
ISS	-	-	86	-	-	80
Quota para RGR	-	-	(1.160)	-	-	5.294
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	1.989	-	-	1.955
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	4.169	-	-	15.529
Conta de Desenvolvimento Energético - CCC	-	-	835	-	-	14.840
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	1.997	-	-	3.127
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	-	-	1.883	-	-	1.338
Total	-	-	<b>169.757</b>	-	-	<b>219.049</b>
Total - receita operacional líquida	<b>415.329</b>	<b>1.146.773</b>	<b>462.292</b>	<b>403.707</b>	<b>1.134.882</b>	<b>435.561</b>

**Notas Explicativas****24. Despesas operacionais**

Os custos e despesas operacionais especificados na Demonstração do Resultado do Exercício possuem a seguinte composição por natureza de gasto:

NATUREZA DO GASTO	CUSTO DO SERVIÇO			DESPESAS OPERACIONAIS		TOTAL	
	COM ENERGIA ELÉTRICA	DE OPERAÇÃO	PRESTADO A TERCEIROS	COM VENDAS	GERAIS E ADMINIST.	2013	2012
Energia elétrica comprada para revenda (*)	189.855	-	-	-	-	189.855	177.396
Encargo de uso-sistema de transmissão e distribuição (*)	36.073	-	-	-	-	36.073	58.220
Pessoal e administradores	-	12.878	18	2.042	18.389	33.327	29.021
Entidade de previdência privada	-	36	-	4	357	397	314
Material	-	2.329	138	820	1.093	4.380	5.246
Serviços de terceiros	-	17.200	212	7.824	27.139	52.375	49.758
Depreciação e amortização	-	15.166	-	62	2.035	17.263	15.466
Provisão p/créditos de liquidação duvidosa e recuperação e incobráveis	-	-	-	(114)	-	(114)	757
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	-	(793)	-	-	-	(793)	225
Custo de construção	-	-	58.832	-	-	58.832	36.775
Outras	-	1.823	23	528	4.739	7.113	6.930
	<b>225.928</b>	<b>48.639</b>	<b>59.223</b>	<b>11.166</b>	<b>53.752</b>	<b>398.708</b>	<b>380.108</b>

(\*) Deduzido de R\$12.251 e R\$16.298 energia referente aos valores dos recursos da CDE repassados pela Eletrobrás a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica para cobertura dos custos com aquisição de Energia Comprada e Encargos de Serviços do Sistema - ESS por motivo de segurança energética e com o risco hidrológico e exposição involuntária no mercado de curto prazo.

Os valores foram registrados como redução de custos de energia comprada e de encargos de Serviços do Sistema, de acordo com o Despacho Aneel nº 1.135 de 17 de abril de 2013.

**25. Outros resultados**

	2013	2012
Outras receitas:		
Ganhos na alienação/desativação	7.143	5.815
Outros	126	170
	<b>7.269</b>	<b>5.985</b>
Outras despesas:		
Perdas na alienação/desativação:	(4.784)	(6.623)
Outros	(99)	(437)
	<b>(4.883)</b>	<b>(7.060)</b>
<b>Total</b>	<b>2.386</b>	<b>(1.705)</b>

**Notas Explicativas****26. Receitas e despesas financeiras**

	2013	2012
Receita de aplicações financeiras	4.362	8.037
Varição monetária e acréscimo moratório de energia vendida	5.515	5.911
Atualização do contas a receber da concessão-VNR	12.685	57.224
Outras receitas financeiras	1.741	800
<b>Total receitas financeiras</b>	<b>24.303</b>	<b>71.972</b>
Encargos de dívidas - juros	(20.407)	(20.992)
Encargos de dívidas - variação monetária e cambial	(21.637)	(8.903)
(-) Transferência para ordens em curso	1.084	792
Ajuste valor presente ativo	(159)	(335)
Marcação a mercado derivativos	(7.192)	6.555
Instrumentos financeiros derivativos	16.823	4.622
Comissão de aval	(3.825)	-
Outras despesas financeiras	(12.516)	(7.307)
<b>Total despesas financeiras</b>	<b>(47.829)</b>	<b>(25.568)</b>
<b>Total receitas (despesas) financeiras</b>	<b>(23.526)</b>	<b>46.404</b>

**27. Lucro por ação**

A Companhia não alterou o número de ações em circulação de seu capital social. Desta forma o lucro líquido por ação básico e diluído está sendo calculado de acordo com o número de ações no final do exercício de 450.712

**28. Cobertura de seguros**

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

As apólices de riscos nomeados e responsabilidade civil são contratadas em conjunto com as demais empresas do Grupo Energisa, sendo o limite máximo de indenização os montantes constantes da cobertura securitária.

As principais coberturas são:

Ramos	Data de Vencimento	Importância Segurada	Prêmio Anual	
			2013	2012
Riscos Nomeados	23/10/2014	35.320	269	307
Responsabilidade Civil Geral	23/10/2014	50.600	116	106
Automóveis - Danos Materiais e Corporais a Terceiros	23/10/2014	até R\$360 / veículo	96	59
Vida em Grupo - Morte e Acidentes Pessoais	31/12/2014	43.984	200	166
			<b>681</b>	<b>638</b>

**Riscos Nomeados**

Na apólice contratada foram destacados as subestações, prédios e equipamentos com seus respectivos valores segurados e seus limites máximos de indenização. Possui cobertura securitária básica tais como incêndio, raio e explosão de qualquer natureza, danos elétricos, queda de aeronave, impacto de veículo aéreo e terrestre, tumultos, riscos diversos, equipamentos móveis, alagamento/inundação, pequenas obras de engenharia, despesas extraordinárias, inclusão / exclusão de Bens e locais, erros e omissões.

## Notas Explicativas

### Responsabilidade Civil

Apólice contratada possuindo cobertura securitária para Danos Morais, Materiais e Corporais causados a terceiros em decorrência das operações da Empresa.

### Automóveis

A Companhia mantém cobertura securitária para RCF/V - Responsabilidade Civil Facultativa/Veículos, garantindo aos terceiros envolvidos em sinistros, cobertura de danos pessoais e/ou materiais incorridos.

### Vida em Grupo e Acidentes Pessoais

Garante cobertura securitária no caso de morte por qualquer causa, invalidez permanente total ou parcial por acidente e invalidez funcional permanente de seus empregados.

## 29. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Abaixo, são comparados os valores contábeis e valor justo dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

ATIVO	2013		2012	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Caixa e equivalente de caixa	11.415	11.415	25.823	25.823
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	31.267	31.267	74.991	74.991
Consumidores e concessionárias	74.412	74.412	88.967	88.967
Títulos de créditos a receber e outros	2.625	2.625	2.784	2.784
Conta a receber da concessão	285.875	285.875	217.739	217.739
Instrumentos financeiros derivativos	31.295	31.295	16.738	16.738
PASSIVO				
Fornecedores	39.584	39.584	39.604	39.604
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	345.598	346.943	324.846	334.033

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008 e à Deliberação nº 604/2009, a descrição dos saldos contábeis e do valor justo dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e 2012, estão identificadas a seguir:

### Não derivativos - classificação e mensuração

#### Empréstimos e recebíveis

Incluem clientes, consumidores e concessionárias, títulos de créditos a receber, outros créditos e contas a receber da concessão. São inicialmente mensurados pelo custo amortizado, usando-se a taxa de juros efetiva, sendo seus saldos aproximados ao valor justo.

#### Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

Os saldos das aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários e fundos de investimentos são avaliados ao seu valor justo por meio do resultado, exceto se mantidos até o vencimento, quando a Companhia manifestar intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, esses ativos são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

## Notas Explicativas

### Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

### Passivos financeiros pelo custo amortizado

Fornecedores - são mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço, sendo o seu valor contábil aproximado de seu valor justo.

Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures - Os instrumentos financeiros estão classificados como passivos financeiros ao custo amortizado. Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos vinculados aos investimentos das distribuidoras obtidos em moeda nacional, junto a Eletrobrás, BNDES e empréstimos com bancos comerciais, se aproximam de seus respectivos valores justos, já que operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. O valor justo dos passivos financeiros que são negociados em mercados ativos é determinado com base nos preços observados nesses mercados (fonte: CETIP), sendo a 7ª emissão de debêntures (EMG). Para os instrumentos financeiros sem mercado ativo, sendo esse FIDC, a Companhia estabeleceu o seu valor justo como sendo equivalente ao valor contábil do instrumento.

### Derivativos

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação.

A Companhia tem como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de *swap* e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação do dólar além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

- **Incertezas**

Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

- **Administração financeira de risco**

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. Assim, fixou limites de atuação da Companhia com montantes e indicadores preestabelecidos na “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” (revista anualmente e disponível na web site da Companhia, tendo sido a última revisão em 20/12/2012) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia.

A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A diretoria tem como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

## Notas Explicativas

A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

### Gestão de risco de capital

O índice de endividamento no final do exercício é o seguinte:

	2013	2012
Dívida (a)	345.598	324.846
Caixa e equivalentes de caixa	(11.415)	(25.823)
Dívida líquida	334.183	299.023
Patrimônio líquido (b)	63.895	100.879
Índice de endividamento líquido	5,23	2,96

(a) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazos (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme detalhado nas notas explicativas nº 20 e nº 21.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

### a) Risco de liquidez

A administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

A seguir, apresentamos a estratificação dos passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados. Não é esperado que possam ocorrer alterações significantes nos fluxos de caixa incluídos nesta análise.

	Taxa média de juros efetiva ponderada (%)meses	Até 6 meses	6 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		38.840	-	-	-	744	39.584
Empréstimos financiamentos, encargos de dívidas e debêntures.	7,70%	20.865	210.934	121.384	19.618	21.273	394.074
<b>Total</b>		<b>59.705</b>	<b>210.934</b>	<b>121.384</b>	<b>19.618</b>	<b>22.017</b>	<b>433.658</b>

### b) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos das aplicações financeiras de suas disponibilidades são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro”. Constituído no primeiro trimestre de 2010, o Comitê de Auditoria do Conselho de Administração tem a função de supervisionar se a administração do grupo vem seguindo as regras e princípios estabelecidos na política.

O risco de crédito, principalmente das distribuidoras de energia elétrica da Companhia, é representado por contas a receber, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a clientes inadimplentes. Adicionalmente, parte dos valores a receber relativos às transações de venda, compra de energia e encargos de serviço do sistema, realizados no âmbito da CCEE, está sujeita a modificações, dependendo de decisões de processos judiciais ainda em andamento, movidos por algumas empresas do setor. Esses processos decorrem da interpretação de regras do mercado, vigentes entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, período do Programa Emergencial de Redução de Energia Elétrica.



**Notas Explicativas****Exposição a riscos de crédito**

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das informações contábeis intermediárias foi:

	2013	2012
Caixa e equivalente de caixa	11.415	25.823
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	31.267	74.991
Consumidores e concessionárias	74.412	88.967
Títulos de créditos a receber e outros	2.625	2.784
Conta a receber da concessão	285.875	217.739
Instrumentos financeiros derivativos	31.295	16.738

O detalhamento desses créditos está apresentado nas notas explicativas nº 5, 6, 7, 14 e 29.

**c) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio**

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº 20, é composta de financiamentos obtidos junto a diversos agentes de fomento nacional (Eletrobrás e BNDES) e outras instituições do mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo “método do custo amortizado” com base em suas taxas contratuais.

A Companhia está atenta às oportunidades para renovação destes instrumentos de proteção, de forma a estruturar operações que representem a continuidade destes mecanismos existentes de proteção, podendo, eventualmente, adotar outros mecanismos que conjuguem, de forma prudente, risco e custo.

Os resultados da Companhia são suscetíveis a variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as operações de vendas de opções vinculadas aos swaps dos passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano. A taxa de câmbio do dólar norte-americano encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, com alta de 15% sobre 31 de dezembro de 2012, cotado a R\$2,3426/USD. A volatilidade do dólar norte-americano em 31 de dezembro de 2013 era de 11,5%, enquanto em 31 de dezembro de 2012 era de 6,00%.

Do montante das dívidas bancárias de emissões da Energisa MG em 31 de dezembro de 2013 de R\$346.064 (R\$325.511 em 2012), R\$176.771 (R\$154.954 em de 2012) estão representados em dólares, provenientes de (i) empréstimo capitado junto ao Citibank, cujo saldo no final do exercício era US\$16,5 milhões (US\$16,4 de principal), (ii) US\$28,6 milhões de empréstimo com o Bank of America Merrill Lynch (US\$28,5 de principal) e (iii) US\$30,3 milhões de empréstimo com o Banco Itaú BBA (US\$30 milhões de principal).

Os empréstimos têm custos de até US\$ + 3,93% ao ano e possuem vencimentos de curto e longo prazo, em 30 de setembro de 2014, 27 de outubro de 2014 e 21 de setembro de 2015, respectivamente.

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 apresenta R\$31.295 (R\$16.738 em 2012) no ativo não circulante, a título de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros, originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação do dólar. Não se trata de valores materializados, pois refletem os valores da reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de hedge e não reflete a expectativa da Administração. À medida que os limitadores estabelecidos para as operações vigentes não forem ultrapassados, conforme abaixo descrito, deverá ocorrer a reversão do lançamento de marcação a mercado ora refletido nas informações trimestrais. Por outro lado, uma maior deterioração da volatilidade, do cupom cambial e da cotação do dólar poderão implicar no aumento dos valores ora contabilizados.

**Notas Explicativas**

A Companhia possui proteção contra efeitos adversos sobre os financiamentos atrelados à variação cambial, conforme mencionados acima. Seguem os detalhes:

Dívida	Notional (USD)	Custo Financeiro	Vencimento	Limitador
Loan 4131 Citibank P. Ativa P. Passiva	16.450	Libor + 2,25% 91,5% CDI	30/09/2014	2,9633(Set -14)
Loan 4131 BAML P. Ativa P. Passiva	28.515	Libor + 2,00% 91,0% CDI	27/10/2014	2,9828(Out-14)
Loan 4131 Itaú BBA P. Ativa P. Passiva	30.000	VC + 3,93% 101,5% CDI	21/09/2015	2,85(Set-15)

A Administração da Companhia permanece atenta aos movimentos de mercado, de forma que estas operações poderão ter sua proteção reestruturada e mesmo seus prazos alongados, a depender do comportamento do câmbio (R\$/US\$), no que diz respeito à volatilidade e patamar de estabilização. A Administração da Companhia procederam a substituição dos derivativos mais complexos por estruturas mais simples e de maior liquidez, buscando menor exposição ao risco. Neste sentido, em 13 de setembro de 2013, a administração da Companhia elevou os limitadores com vencimento no ano de 2014 dos swaps associados aos empréstimos em dólar, de forma a minimizar o risco de perdas por alta do US\$, caso o mercado se torne turbulento por circunstância das eleições presidências e outros eventos no mercado local e externo. Os novos limitadores dos swaps podem ser vistos no quadro abaixo:

Vencimento	Notional (em mil)	Strike Anterior	Strike Atual (pós ajuste)
30/09/2014 financeiros - Empréstimo	16.450	2.9170	2.9633
27/10/2014	28.515	2.9170	2.9828

Em consonância com a Deliberação CVM 603/09, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, vigentes em 31 de dezembro de 2013 e 2012, que podem ser assim resumidos:

	Valor de Referência	2012	Descrição	Valor Justo	
	2013			2013	2012
Swap com opções - Citibank e Merrill Lynch	Nocional (BRL)		Posição Ativa	231.581	211.922
			Taxa de Juros LIBOR/USD		
			Posição Passiva	(194.471)	(193.359)
			Taxa de Juros CDI		
			Opções de Moeda Estrangeira (US\$)	(5.815)	(1.825)
	190.734	190.734	Posição Total Swap Com	31.295	16.738

O Valor Justo dos derivativos efetuados pela Companhia em 31 de dezembro de 2013 e 2012 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 17 e 18 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia não têm por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como Valor Justo - conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

## Notas Explicativas

A marcação a Mercado (MtM) das operações da Companhia foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MtM uma variante da fórmula de Black & Scholes, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom de Dólar, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de dólar também foram obtidas na BMF.

### Análise de Sensibilidade

Em consonância com a Instrução CVM 475/08, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, conforme demonstrado:

#### a) Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial de 31 de dezembro de 2013, com a simulação dos efeitos nas informações contábeis intermediárias futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros - Empréstimo	176.771		9.674	(32.993)	(75.660)
Posição Ativa - LIBOR	231.581	Alta do US\$	170.667	213.333	256.000
Posição Passiva - Taxa de Juros CDI	(194.471)		(143.230)	(143.230)	(143.230)
Opções de Moeda Estrangeira - USD	(5.815)		-	(8.097)	(48.645)
<b>Subtotal</b>	<b>31.295</b>		<b>27.437</b>	<b>62.006</b>	<b>64.125</b>
<b>Líquido</b>	<b>-</b>		<b>37.111</b>	<b>29.013</b>	<b>(11.535)</b>

(\*) Considera o cenário macroeconômico da Pesquisa Focus vigente em 31 de dezembro de 2013, para as datas futuras até a liquidação final das operações.

Os derivativos no “Cenário Provável”, calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa pré-fixada brasileira em reais para 31 de dezembro de 2013, atingem seu objetivo na plenitude, o que é refletido no valor presente positivo de R\$37.111, que serve para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada), e desde que os limitadores dos instrumentos financeiros derivativos não sejam ultrapassados, o que faria com que a Companhia ficasse sem proteção, maiores serão os resultados positivos dos swaps. Por outro lado, com os cenários de deterioração do real frente ao dólar, de 25% e 50%, observaríamos períodos de ultrapassagem de alguns dos limitadores atualmente vigentes, levando a valores presente positivos de R\$29.013 e negativo de R\$11.535, respectivamente.

#### b) Variação das taxas de juros

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de dezembro de 2013 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (TJLP = 5,0% ao ano) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	39.553	Alta CDI	4.307	5.387	6.467
Instrumentos financeiros passivos:					
Empréstimos, financiamentos e debêntures.	(116.568)	Alta CDI	(12.369)	(15.462)	(18.554)
	(19.939)	Alta TJLP	(1.035)	(1.294)	(1.553)
<b>Subtotal (**)</b>	<b>(136.507)</b>		<b>(13.404)</b>	<b>(16.756)</b>	<b>(20.107)</b>
<b>Total - (Perdas)</b>	<b>(96.954)</b>		<b>(9.097)</b>	<b>(11.369)</b>	<b>(13.640)</b>

(\*) Considera o CDI de 31 dezembro de 2014 (10,47% a.a.), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de dezembro de 2013 e a TJLP 5% a.a..

(\*\*) Não inclui as operações em dólar no valor de R\$176.771.

## Notas Explicativas

### Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Instrumentos financeiros Ativos	Nível	2013	2012
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	31.267	74.991
Instrumentos financeiros derivativos	2	31.295	16.738
Contas a receber da concessão	3	285.875	217.739

## 30. Benefícios a empregados

### Plano de suplementação de aposentadoria e pensões

A Energisa MG é patrocinadora de plano de benefícios previdenciários aos seus empregados, na modalidade de contribuição definida (CD) e também possui plano de benefícios definidos (BD), que desde 1997 não é permitido o ingresso de novos participantes e os atuais participantes, estão na condição de assistidos. Para este plano não há contribuições da patrocinadora e dos participantes.

O plano de benefício definido é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, visando verificar se os ativos líquidos do plano são suficientes para garantir os compromissos atuariais.

Empresa	Plano Beneficiário	Contribuição anual		% s/ folha de pagamento	Superávit atuarial	
		2013	2012		2013	2012 (ajustado)
Energisa MG	CD	411	315	1,20	-	-
Energisa MG	BD	-	-	-	283	408

As reservas técnicas para fins de atendimento às normas estabelecidas pela SPC - Secretaria de Previdência Complementar, são determinadas por atuário independente.

A seguir está demonstrada a posição atuarial relacionados ao plano de aposentadoria de benefício definido (BD), em 31 de dezembro de 2013 e 2012, de acordo com as regras estabelecidas pela Deliberação 695 da CVM, tendo sido adotado Método Prospectivo:

	2013	2012 (ajustado)
Valor presente das obrigações atuariais	(1.362)	(2.223)
Valor justo dos ativos do plano	1.645	2.631
<b>Ativo líquido</b>	<b>283</b>	<b>408</b>

Demonstração da movimentação do compromisso da patrocinadora líquido do exercício de 2013 e 2012:

	2013	2012
Ativo atuarial líquido no início do exercício	-	2.569
Despesas correntes	33	300
Efeitos remensurações reconhecidas em outros resultados abrangentes	250	(2.869)
<b>Ativo atuarial líquido do final do exercício</b>	<b>283</b>	<b>-</b>

## Notas Explicativas

Os ativos dos planos são como segue:

	2013	2012
Cotas de fundos de renda fixa	1.444	2.169
Cotas de fundos de renda variável	201	462
	<b>1.645</b>	<b>2.631</b>

Em 2013 e 2012, a demonstração do valor justo dos ativos é apresentada como segue:

	2013	2012
Valor justo dos ativos no início do exercício	2.631	4.517
Benefícios pagos	(133)	(136)
Rendimento efetivo dos ativos	206	418
Ganhos (perdas) atuariais dos ativos	(1.059)	(2.168)
<b>Valor justo dos ativos</b>	<b>1.645</b>	<b>2.631</b>

Demonstração do valor presente das obrigações no exercício de 2013 e 2012.

	2013	2012
Saldo no início do exercício	2.223	1.698
Benefícios pagos no ano	(133)	(136)
Juros sobre obrigação atuarial	173	118
(Perdas) nas obrigações atuariais	(135)	543
Ganhos atuariais decorrentes de alterações nas hipóteses financeiras e demográficas	(766)	-
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>1.362</b>	<b>2.223</b>

A seguir descrevemos as premissas utilizadas na avaliação atuarial:

### Hipóteses Econômicas

Taxa de desconto atuarial	7,00% a.a
Taxa de rendimento esperado dos ativos	7,00% a.a
Reajuste do benefício	Somente a inflação
Crescimento salarial	N/A
Inflação projetada	4,5% a.a

### Hipóteses Demográficas

Tábua de mortalidade	AT - 2000
Tábua de mortalidade de inválidos	AT - 2000
Tábua de entrada em invalidez	NA

A seguir apresentamos um resumo dos dados que foram utilizados para a avaliação atuarial dos planos de benefícios oferecidos pela Energisa MG aos seus empregados:

Descrição	
<b>Participantes Assistidos:</b>	
Número	4
Idade Média	77,3
Benefício Médio Mensal	R\$1,435
<b>Pensionistas:</b>	
Número de Pensionistas	18
Benefício Médio por Grupo Familiar	R\$0,221

**Notas Explicativas****Prêmio aposentadoria**

A Companhia em Acordo Coletivo de Trabalho concedeu aos seus colaboradores, um prêmio aposentadoria a ser pago quando do requerimento das aposentadorias do Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS).

O referido Prêmio varia de 1,5 a 15 salários base, em razão do tempo de serviço prestado (mínimo de 6 anos e teto de 25 anos), quando do direito do benefício - aposentadoria requerida.

Os participantes do Plano CD que na data da aposentadoria requerida, apresentarem valores depositados pela patrocinadora em suas contas individuais, montantes superiores aos 15 salários base, não fazem jus ao prêmio.

O saldo de patrocínio do prêmio monta em R\$1.977 (R\$2.028 em 2012) e encontra-se provisionado na rubrica de Benefícios a empregados - plano de pensão no passivo circulante R\$351 (R\$372 em 2012) e no não circulante R\$1.626 (R\$1.656 em 2012).

Abaixo são apresentados a conciliação dos ativos e passivos reconhecidos no balanço, um demonstrativo da movimentação do passivo (ativo) atuarial líquido, no exercício e o total da despesa reconhecida na demonstração do resultado da Companhia.

A seguir está demonstrada a posição atuarial dos ativos e passivos reconhecidos no balanço:

	2013	2012 Ajustado
Valor presente das obrigações atuariais	2.212	2.179
Valor justo dos ativos do plano	(235)	(151)
<b>Passivo atuarial líquido a ser provisionado</b>	<b>1.977</b>	<b>2.028</b>

Conciliação do valor presente das obrigações em 2013.

	2013	2012
Valor presente das obrigações no início do ano	2.178	1.146
Benefícios pagos	(195)	(128)
Juros sobre obrigação atuarial	188	134
Custo do serviço corrente (com juros)	194	92
(Ganho) perda atuarial sobre a obrigação atuarial	(153)	934
<b>Valor das obrigações calculadas no final do ano</b>	<b>2.212</b>	<b>2.178</b>

A seguir está demonstrada a movimentação do passivo atuarial:

	2013	2012 (Ajustado)
Passivo atuarial líquido no início do ano	2.028	1.085
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	178	219
Outros resultados abrangentes	(229)	724
<b>Passivo atuarial líquido no final do ano</b>	<b>1.977</b>	<b>2.028</b>

Demonstração das despesas para o exercício de 2014, segundo critérios da Deliberação 695 da CVM:

	2014	2013
Custo do serviço corrente (com juros)	159	193
Juros sobre as obrigações atuariais	157	188
Rendimento esperado dos ativos do plano	20	(9)
Remensuração do custo financeiro	33	-
<b>Total da despesa bruta a ser reconhecida</b>	<b>329</b>	<b>372</b>

## Notas Explicativas

### Plano de saúde

A Companhia tem política própria de reembolso de despesas médicas a seus funcionários a razão de 60% do custo efetivo. O desligamento e ou aposentadoria dos empregados automaticamente cessa esse benefício.

No exercício de 2013 as despesas com esse benefício foram de R\$698 (R\$596 em 2012).

### 31. Compromissos

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia, como segue:

Contrato de compra de energia - R\$ MIL						
Vigência	2014	2015	2016	2017	2018	Após 2018
2013 a 2045	166.517	161.914	156.087	157.847	162.617	2.632.354

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço corrente no final de dezembro de 2013, e foram homologados pela ANEEL.

- Não estão incluídos os valores referentes à Quota do Proinfa e de Itaipu.

### 32. Concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica

A Companhia assinou em 18 de junho de 1999 com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL o contrato de concessão de distribuição de energia elétrica, com o prazo de concessão até 07 de julho de 2015.

### 33. Meio ambiente

A Energisa Minas Gerais trata os impactos sociais e ambientais de seus produtos, processos e instalações, através de programas e práticas que evidenciam a sua preocupação e responsabilidade para com o meio ambiente, dentre as quais merecem destaque:

1. Redes isoladas: são usados cabos isolados nas redes onde a arborização poderia ser mais afetada pelo contato com a baixa tensão energizada, e os vãos são dimensionados dentro do possível para preservar o equilíbrio ecológico. Da mesma forma, são usados cabos protegidos nas redes de média tensão que têm proximidades com arborização, de forma a evitar podas indesejáveis;
2. O Sistema de Gestão em Meio Ambiente, Aspectos Sociais, Saúde e Segurança do Trabalho - SGMASS implantado na Companhia é baseado nas normas ISO 14.001, OSHAS 18.001 e Legislação pertinente. O sistema é capaz de fornecer os subsídios necessários ao adequado monitoramento dos aspectos socioambientais, saúde e segurança;
3. Proativamente desde os primórdios do lançamento da Lei de Recursos Hídricos no país, a empresa está engajada em movimentos de formação de consórcios de bacias hidrográficas. A Energisa Participa do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais.
4. Disposição e tratamento de resíduos: além de ter conhecimento da natureza e das quantidades de resíduos gerados durante seu processo de produção, possui procedimentos para manuseio, transporte e destinação final de produtos, todos em conformidade com o SGMASS.
5. A Energisa tem consciência de sua responsabilidade ambiental, procedendo desta forma à regeneração de óleos isolantes utilizados em seus equipamentos e recuperação de óleo lubrificante industrial, garantindo a reutilização deste material e evitando a poluição do meio ambiente.

**Notas Explicativas**

6. Descarte de lâmpadas: A Companhia possui procedimento para descarte controlado de lâmpadas de vapor de sódio, vapor de mercúrio e fluorescente existentes em suas instalações próprias e na infraestrutura de iluminação pública.
7. Desenvolvimento de campanhas de redução de consumo de água e energia, educação com base nos 3R's (Reduzir, Reutilizar e Reciclar) e educação para o consumo consciente, através da distribuição de cartilhas e palestras nas escolas (Dia da Água, Semana do Meio Ambiente), e da divulgação interna (intranet, adesivos e cartazes fixados pela empresa e proteção de tela dos computadores).

No exercício de 2013, os montantes investidos nos projetos acima descritos totalizaram R\$14.780 (R\$11.282 em 2012), sendo R\$12.706 (R\$9.352 em 2012) alocados no ativo imobilizado e R\$2.074 (R\$1.930 em 2012) em despesas operacionais.

As informações não financeiras não foram examinadas pelos auditores independentes.

**34. Informações adicionais ao fluxo de caixa**

Em 2013 e 2012, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são como seguem:

	2013	2012
<b>Atividades operacionais</b>		
Contas a receber da concessão	56.221	24.199
Atualização contas a receber da concessão - VNR	12.685	57.224
Fornecedores	2.997	2.541
<b>Atividades de investimentos</b>		
intangível	8.425	9.181
<b>Atividades de financiamento</b>		
Empréstimos e financiamentos	4.343	5.847

**35. Evento subsequente**

Em Reunião do Conselho de Administração de 08 de janeiro de 2014, foi aprovada a contratação da Cédula de Crédito Bancário - financiamento mediante repasse contratado com o BNDES, no montante de R\$35.831 a ser celebrado com o Banco Itaú BBA S.A, com vencimento em 15 de dezembro de 2023 e Taxa de juros que variam entre TJLP + 2,90% a.a. à 4% a.a.



## Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S.A.  
Cataguases - MG

Examinamos as demonstrações financeiras da Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro - IFRS emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Ênfases

#### Reapresentação dos valores correspondentes em 31 de dezembro de 2012

Conforme mencionado na nota explicativa nº 3.3, em decorrência da mudança de política contábil prevista CPC 33 (R1) / IAS 19 - Benefícios a empregados, os valores correspondentes ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações de resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e do valor adicionado (informação suplementar), para o exercício findo naquela data, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 / IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) / IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

#### Repasses de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

Sem modificar nossa conclusão sobre as demonstrações financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, chamamos atenção para o assunto descrito na nota explicativa nº 24, referente ao registro feito pelas controladas, na forma de redução do custo de energia comprada para revenda, de repasses de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE.

## Outros assuntos

### Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

### Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 que incluem o balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2012, apresentado para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 8 de março de 2012, sem nenhuma modificação. Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, examinamos também os ajustes e reclassificações descritos na nota explicativa no 3.3, que foram efetuados para alterar o balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2012.

Em nossa opinião, tais ajustes e reclassificações são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar nenhum outro procedimento sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro 2011 e/ou sobre o balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2012 e, portanto, não expressamos opinião, nem nenhuma forma de asseguarção sobre as referidas demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2014

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ

Antônio Carlos Brandão de Sousa  
Contador  
CRC 1RJ 065.976/O-4

## **Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente**

Não se aplica à Companhia.

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

Declaração dos Diretores da Energisa Minas Gerais – Distribuidora de Energia S.A. (“Companhia”) sobre as Demonstrações Financeiras do exercício de 2013

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos do art. 25, § 1º, VI, da Instrução CVM nº 480/09, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as Demonstrações Financeiras da Companhia, tendo aprovado o referido documento.

Cataguases, 14 de março de 2014.

Gabriel Alves Pereira Júnior  
Diretor-Presidente

Maurício Perez Botelho  
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Danilo de Souza Dias  
Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

José Marcelo Gonçalves Reis  
Diretor de Suprimentos e Logística

Daniele Araújo S. Salomão  
Diretor de Gestão de Pessoas

Marcelo Vinhaes Monteiro  
Diretor Comercial e de Distribuição

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes**

Declaração dos Diretores da Energisa Minas Gerais – Distribuidora de Energia S.A. (“Companhia”) sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos do art. 25, § 1º, V, da Instrução CVM nº 480/09, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, tendo aprovado o referido documento.

Cataguases, 14 de março de 2014.

Gabriel Alves Pereira Júnior  
Diretor-Presidente

Maurício Perez Botelho  
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Danilo de Souza Dias  
Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

José Marcelo Gonçalves Reis  
Diretor de Suprimentos e Logística

Daniele Araújo S. Salomão  
Diretor de Gestão de Pessoas

Marcelo Vinhaes Monteiro  
Diretor Comercial e de Distribuição